

São Carlos

CURSINI — — Orchestra: A. PERRONI

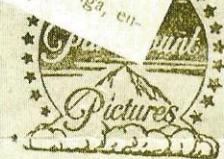
19 DE SETEMBRO DE 1926 — HOJE

A's Apparencias Illudem

Colossal Drama-mixto de Verdadeiro Sucesso...
no qual HOOT GIBSON, prova que;
SABE MONTAR!... SABE ATIRAR!... SABE REPRESENTAR!... SABE AMAR!...
Que mais se poderia desejar?...
electriza ao mais insensível espectador.



O GUARDA MARINHA



são comparsas do querido e admirado galã, as fulgurantes de summa belleza—Harrieta Hammond—Wesley Barry e outros..

A historia de uma moça alegre, das maguas, dos amores, um homem provam ser lucta pelo Amor, nobre e honesta Patricia they on...

Esposas mal Comprehendidas



Um sentimental drama da vida real... Uma profunda lição de moral.
VIDE NA SCENA MUDA 283

Uma Opera
bateu os RECORDS
CHANEY - Mary Philbim - Norman Kerry
Uma unica exhibição

AMICUS

Sociedade Amigos da Cultura



AMICUS

Sociedade Amigos da Cultura

ISSN 1518-4013

AMICUS - Batatais-SP - Ano II - Nº 4 - p. 97-210
novembro de 2001

NOSSA CAPA: Theatro São Carlos

(Vide AMICUS nº 3 - maio/2001)

DMK - Assessoria e Marketing - Design gráfico e Execução

SOCIEDADE AMIGOS DA CULTURA

AMICUS

Conselho Consultivo e de Editoração
Coordenador: Walter Cardoso

Membros: Gaspar de Sousa Prado Neto
José Carlos de Medeiros Pereira
Maria Clarisse Bombonato Prado

Conselho de Publicação
Coordenador: Sérgio Corrêa Amaro

Membros: Claudete Camargo Pereira Basaglia
Clotilde de Santa Clara Medina Cardoso

Para Correspondência:
Sociedade Amigos da Cultura
Pça. Cônego Joaquim Alves, 202
CEP: 14300-000 - Batatais-SP
E-mail - wcardoso@netsite.com.br

SUMÁRIO/CONTENTS

EDITORIAL

Uma pluralidade de estilos 101

ARTIGOS/ARTICLES

Retalhos da memória no balcão das miudezas
Fragments of memory from the haberdashery shop
Claudete Camargo Pereira BASAGLIA 103

Washington Luís, o "paulista de Batatais"
Washington Luís, "the paulista de Batatais"
Robson Mendonça PEREIRA 113

O Teatro Municipal de Batatais – ontem e hoje
The Municipal Theatre of Batatais: the past and the present
Clotilde de Santa Clara Medina CARDOSO 133

Topônimo Batatais – uma busca à suas origens perdidas
The toponym Batatais: the search for the origins of the
name of a town
Walter CARDOSO 147

SEÇÕES

REMINISCÊNCIAS DE BATATAIS

O Grupo Escolar Dr. Washington Luís que freqüentei
José Carlos de Medeiros PEREIRA 185

ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS

A máquina e o homem
Alessandra BALTAZAR 193

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

José Olympio – O descobridor de escritores
Karina Elizabete SERRAZES 199

NOTICIÁRIO

Gaspar de Sousa PRADO NETO
Maria Clarisse Bombonato PRADO 203

ÍNDICE DE AUTORES/AUTHORS INDEX 207

NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE ORIGINALS 209

EDITORIAL

UMA PLURALIDADE DE ESTILOS

Nossa revista vem tratando dos mais variados assuntos, relativos à cultura de Batatais. São relatos de fatos, depoimentos, memórias, fotografias, enfim, um amplo leque que se abre, partindo de um vértice comum, que se fundamenta no empenho em se trazer à tona questões que merecem reflexão.

Conforme nossos leitores já terão percebido, cada autor tem seu próprio estilo, sua própria maneira de registrar o fato. Existem aqueles que valorizam os acontecimentos em si, acontecimentos comparáveis aos átomos que, uma vez associados, levam à formação da matéria mais ampla, de uma conjuntura e de sua interpretação.

Daí a clássica questão a se formular: um registro apenas factual, ou uma interpretação do acontecido? Certamente, o ideal seria o conhecimento do fato – em sua maior abrangência possível – e seu significado, seu sentido, sua interpretação. Na verdade, descrição do fato e sua interpretação aparecem sempre associados. Às vezes, de forma expressa, outras, tacitamente. Obviamente, tudo fundamentado na exaustiva busca às fontes, bem como na interpretação destas. Tarefa que não é fácil, mas que vem sendo cumprida por nossos colaboradores, de maneira irrepreensível.

É, pois, nessa pluralidade de estilos (de “maneira”, como diriam os artistas italianos quinhestistas), que AMICUS vem prosseguindo em sua trajetória, para todos nós gratificante. Graças, sobretudo, ao estímulo dos leitores, amantes das coisas de Batatais.

Walter Cardoso
Coordenador do Conselho
Consultivo e de Editoração

RETALHOS DA MEMÓRIA NO BALCÃO DE MIUDEZAS

Claudete Camargo Pereira BASAGLIA*

RESUMO: Registros de fragmentos da história do comércio do município de Batatais, ligados às atividades de imigrantes de origem síria e libanesa e seus descendentes, obtidos por meio de relatos orais.

UNITERMOS: imigrantes, sírios, libaneses, comerciantes, mascates, lembranças, relatos orais.

A boa terra tem sido, ao longo da história da humanidade, o lugar do sonho, muitas vezes distante. Para ela dirigem-se, alentados pela procura da vida digna para si e para os filhos, ou pelo espírito de aventuras, todos aqueles que desejam afastar-se da exploração de poderosos, da inferioridade social, da discriminação religiosa, da repressão política.

Estas estão entre as razões que, a partir do século XIX, levaram a um deslocamento maciço de populações de diferentes regiões do planeta rumo às Américas. Países como o Brasil, a Argentina e os Estados Unidos convivem ao longo do século XIX, até meados do século XX, com estes movimentos migratórios, que, embora sistemáticos, variaram em intensidade.

No Brasil, o governo imperial acreditava ser a imigração em massa o modo mais fácil de povoar o território brasileiro. Para isso, até 1830, gastou dinheiro com propaganda sobre as vantagens que o país oferecia, distribuição de lotes de terra e ajuda financeira. A partir desta data, porém, atendendo à vontade de fazendeiros e comerciantes que não constavam da concorrência na distribuição de verbas, o governo decidiu que não gastaria mais dinheiro com a imigração.

*Professora de Sociologia do Centro Universitário Claretiano. Mestranda em Educação na UNICAMP e participante do grupo de pesquisa GEPEMEMO (UNICAMP).

Dentre os imigrantes que chegaram depois desta medida, os sírios e os libaneses destacaram-se pela fixação nas cidades e por não terem recebido qualquer espécie de subsídios. São grupos que, embora não tenham grande representação numérica, têm significativa importância qualitativa no que diz respeito à contribuição dos imigrantes de destino urbano para a formação do Brasil contemporâneo. Espalharam-se por todo o território brasileiro, mas concentraram-se em maior número na capital e no Estado de São Paulo.

À medida que, nesse Estado, florescia a economia gerada pelas plantações de café, sírios e libaneses passaram a incluí-lo no seu roteiro para ficarem ricos. De 1850 a 1930, dezenas de milhares de imigrantes saíram da Síria e sobretudo do Líbano, compondo a população brasileira de modo geral e a paulista de modo específico. Após este período, os fluxos imigratórios mantiveram-se, mas tornaram-se menos intensos.

Nas duas últimas décadas do século XIX e três primeiras do século XX, a região nordeste do Estado de São Paulo experimentava a prosperidade como resultado da produção cafeeira, vinculada a dois importantes elementos: a chegada de imigrantes e a estrada de ferro. A "onda verde" foi acompanhada pela estrada de ferro Mojiana, que em muito contribuiu para a fixação das populações, sendo a responsável pelo transporte dos imigrantes e suas esperanças de uma promissora vida nova. Num dos boletins de controles de passageiros consta, por exemplo, que durante "o anno de 1907 obtiveram com suas bagagens, passagem gratuita nas linhas desta Companhia 4.597 immigrants". (ALMANACH MOGYANA, 1908, p. 255).

Quanto às razões específicas que justificariam a chegada dos sírios e libaneses ao município de Batatais, Lucy Abeid lembra que foi Jorge Nazar quem deu, em tom de brincadeira, a seguinte versão dos fatos: vinham no trem patrícios que tinham como destino a estação de Sacramento, viajavam no mesmo vagão que os imigrantes italianos. Num certo trecho da viagem, um libanês pisou no calo de um italiano, que, com forte sotaque, numa altura danada, gritou a toda voz "Sacramento!". Todos os patrícios levantaram-se e desceram na próxima parada, que era Batatais.



Foto que registra os momentos que antecederam o embarque de Nassib Nassralla e família, nas proximidades do porto de Beirute - Líbano, em 1948. Sentada: Adélia Nassralla e seu filho Chebl.

De pé, da esquerda para a direita: Fran e Yussef, irmãos de Adélia, e Nassib. (Acervo da família Nassib Nassralla).

Um dos problemas iniciais enfrentados pelos imigrantes de origem síria e libanesa que chegaram até a década de 1920 referia-se ao fato de terem passaporte turco. Como os motivos para que muitos emigrassem estavam justamente ligados à tentativa de fugir do domínio da Turquia, que se estendia por quase todo o Oriente Médio, ser chamado de turco provocava reações de profunda indignação, não poderia haver insulto maior. Com passaportes expedidos pela Turquia, estes imigrantes foram equivocadamente considerados turcos até o final da Primeira Guerra Mundial, em 1918, quando o Império Turco Otomano, derrotado, perde a maior parte dos territórios sob seu domínio, inclusive os da Síria e Líbano. Por desconhecimento dessa história e dessa geografia, estas generalizações continuaram compondo nosso cotidiano, no entanto, as reações se amainaram ancoradas no tempo, que se encarregou de neutralizá-las.

Sorriso de agradar freguês

Montar negócio, comerciar por conta própria, era o sonho de muitos imigrantes que vieram da Síria e do Líbano. Mas onde encontrar capital para começar? O dinheiro poderia vir da disponibilidade de bens na terra natal, da ajuda de alguém que já estivesse estabelecido na nova terra, de algum parente, das

economias da venda de porta em porta, do mourejado trabalho em balcões alheios, ou de situações análogas às de Tamina, libanesa que se desfez de miúdas peças, derradeiras jóias de família, últimos resquícios do Líbano, vendidas para ajudar na entrada de uma nova atividade do marido.

Para montar ou ampliar o próprio negócio, em vez de ter patrão, muitos patrícios se puseram de guarda-pós ao vento, carregando latas, caixas ou malas, tomando a fresca na casa de um ou outro freguês mais solidário, abrindo porteiros, ouvindo toadas dos carros de boi. Foi assim que, muitas vezes, Salomão João desceu do trem na estação da Fazenda Boa Sorte, levando no bolso a merenda de pão e banana, e no coração, esperanças de boas vendas; Jorge João Mansur, seu irmão, viu escurecer e, sem poder voltar, experimentou noites de paiol; o sírio Primo Jorge abriu e fechou suas grandes e mágicas malas de atraentes rendas e diversificadas bugigangas e "seu" Abrãozinho conheceu fazendas de todos os santos, todos travando relações múltiplas de amizade e compadrio em suas andanças diárias.

Dificuldades existiam e não eram poucas, pois ser mascate ou caixeiro viajante não era considerado bom indício, como relata Julinho Abeid, ao falar do avô Abrãozinho e argumentar em sua defesa que "sempre soube disso e sempre foi motivo de orgulho saber que meu avô foi mascate". Sarah Jorge Mansur relembra um grande apuro que seu tio José João enfrentou enquanto mascateava pelo Arraial do Souza e ainda não sabia "trocar língua": fazia muito calor e a sede levou-o a bater numa porta e, ao ser atendido por uma mulher, pedir "um égua bor favor". O dono da casa, ao ouvir tamanho disparate dito à mulher, desconfiado, saiu com uma espingarda em punho, o que obrigou José João correr em disparada carregado pelo medo.

À frente os negócios, no fundo a moradia, era o sonho maior. Armarinhos, empórios, lojas, armazéns, comércio afreguesado e bem sortido, onde corria a marcação de preços e a prática da pechincha.

São netas e netos, filhos e filhas, irmãs e irmãos, sobrinhos e sobrinhas, noras, cunhados, marido e mulher, primos e primas que, ao tecerem os fios da memória, vão idealizando as tramas e, aos poucos, libertando lembranças, ampliando a nitidez e a quantidade de imagens de outrora, onde sorrisos de agradar freguês se abrem por detrás dos balcões de variadas trocas.

O hábil manejo do metro e da tesoura eram pano de fundo para o casal de comerciantes Amélia e Alexandre Caram, que, atraídos para a rua da Estação, faziam da casa comercial fachada para festivos encontros, onde famílias amigas, compadres, comadres e seus afilhados reuniam-se para prazerosas conversas embaladas pelo som do gramofone.

A rua da Estação também mostrou-se lugar adequado para a venda de Felipe Miguel Cury e ofereceu atrativos para Constantino Nassralla, quando decidiu pelo comércio de portas abertas, depois de muitas idas e vindas entre São Paulo e Batatais; um bom começo foram os armarinhos e os tecidos, as outras variedades vieram depois, para atender aos pedidos dos fregueses, que não eram poucos.

Mariana e Abrão Abeid não tiveram dúvidas quanto ao local onde deveriam abrir o empório, a rua da Estação, que depois passou a ser chamada avenida 9 de Julho, também foi reconhecida como lugar ideal. Não muito distantes, a filha Júlia e seu marido Elias Tame montaram comércio.

Josefina e Antônio Acra, amigos e compadres dos Abeid, moravam na esquina defronte ao Theatro São Carlos, para ficarem próximos do Mercado Municipal, onde tinham banca de comércio, enquanto os filhos Miguel e Marun mantinham um sortido bazar quadra acima.



Mercado Municipal - (Acervo iconográfico do Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís - Casa da Cultura - Batatais/SP)

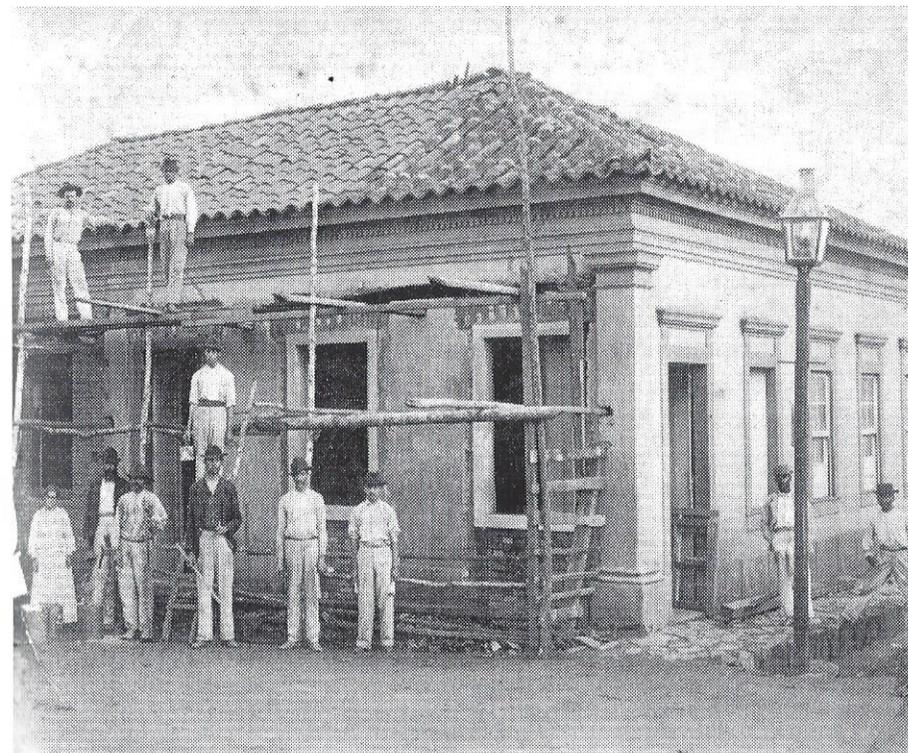
Quando Doutor Mesquita, que tinha consultório no topo da ladeira que o homenageia com seu nome, resolveu mudar-se para São Paulo, surge a oportunidade para Miguel Acra adquirir o prédio e desmembrar os negócios, abrindo a Casa Cruzeiro, que passa a vender luxuosos artigos, finos tecidos e ricos enxovais. Vitrines de atraentes exposições que aguçaram admirados olhares.

Os irmãos Miguel e Marun compuseram a vizinhança com o patrício Jundi Abdalla e sua mulher Cacilda, que acabaram fechando sua casa comercial e indo viver em São Paulo, onde abriram um restaurante, conforme recorda Titinho Acra.



Interior da Casa Cruzeiro (1934). Miguel Acra (à esquerda), seu vizinho de comércio Jundi Abdala (1º à direita) e três empregados da loja. (Acervo da família Acra)

Vencendo a subida da ladeira e indo adiante, era possível encontrar outras dúzias de botões, grampos para cabelos, metros de fitas e rendas, pentes finos, tecidos para homens e mulheres, bastava entrar na Casa Murad e ser recebido pelo Murad Camasmie.



Prédio onde por muitos anos funcionou a Casa Murad, na esquina das atuais ruas Cel. Joaquim Rosa e Dr. Leandro Cavalcanti, tirada em Batatais quando ainda não havia luz elétrica (1910) - (Acervo iconográfico do Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís - Casa da Cultura - Batatais/SP)

Aqueles que, vindos pelos lados do "tomba-carro", se sentissem cansados, encontrariam no empório de Salomão Mansur, uma sombra e um gole de água fresca, mas, andando cidade adentro, podiam pechinchar na Casa Mansur de Batatais, onde se vendia de tudo em pouco: alumínios em geral, tachos, ferros de brasa, arames, cigarros e coloridas balas.

Compor um dos fragmentos do mosaico da história do comércio de Batatais e região, que esteve aos cuidados dos imigrantes de origem síria ou libanesa, é chegar de trem, caminhar pelas calçadas e não deixar de lembrar de Merege Lotaif e seu comércio na praça Matriz, de Felipe Caram à frente do comércio também na praça, mas na João de Andrade, lembrando que a insistência da população em chamá-la "pracinha do doutor Jorge" levou o poder público, com o passar do tempo, a retirar o nome anterior, atribuindo-lhe o nome do popular morador, mudança que provavelmente provocou alegria para muitos e descontentamento para aqueles que tinham laços com João de Andrade. Saindo da loja de Felipe Caram, era possível parar na próxima esquina, num tempo em que o córrego do Capão ainda separava o Centro do Castelo, unidos por uma ponte atualmente por alguns despercebida, e deparar com os balcões da Loja do Antônio Nazar, que ficavam aos cuidados da jovem Maria.



Loja de Felipe Caram na esquina da Rua Marechal Deodoro e a Praça João de Andrade – (Acervo iconográfico do Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís - Casa da Cultura - Batatais/SP)

Quando se trata do comércio de imigrantes, sejam sírios ou libaneses, é impossível não lembrar da casa de secos e molhados de Júlio Nader, que tantas "Glórias" deu a Batatais. Tratar deste segmento do comércio é dar um pulinho no Chico Barateiro, apelido carinhosamente dado ao sírio Francisco Anauatte por vender barato e sempre facilitar o fiado, e ver as novidades trazidas da Capital. É também incorporar os registros da chegada de mascates em 1890, trazendo grandes preocupações aos comerciantes estabelecidos.

É vir e procurar miudezas no balcão do Casarão durante o dia, ou, à noite, comer quitutes da cozinha libanesa no Al Zarif¹ e, entre as linhas da borra do café árabe, tentar desvendar mistérios. É usufruir das gentilezas do Titinho Acra ou ser atendido por Salem Georges Nessrallah, que, certamente, já ouviu muitas histórias. É ouvir com Nacime, por entre um e outro tijolo das paredes de sua loja, as evocações do seu choro de recém-nascido; é não deixar de transitar por entre caixas e sacaria no depósito da família Mansur e, dando uns passos a mais, deparar com a esquina das ruas Manoel Gustavino e Alberto Gaspar Gomes, onde, em outros tempos, foi possível comprar um chapéu, sendo atendido pelo Barroso ou pela Julieta Acra; ou ainda caminhar até o alto do Castelo e regatear preços com o Miguel no Depósito Batatais. É revolver os tempos pelas lembranças da Salwa e da Leila Nassralla e reabrir as lojas de Nassib, seu pai, e Elias, seu tio; é ainda visitar as máquinas de limpar arroz, de Antônio Yara e Zezé, seu filho, ou o comércio de arroz e café, organizado por Antônio João.

É, enfim, reconhecer que o passado, fonte do presente, não pode se perder no deserto do tempo. Como nômades, devemos carregá-lo, passando-o como gotas d'água preciosas, de mão em mão, geração em geração, para que novas histórias sejam geradas e, como Scheerazade fazia, consigamos, em mil e uma noites, vencer a morte.

As lembranças se opõem às imagens atuais, mas não confundem a vida atual e a que passou, são reflexões que, seguindo um outro caminho, curvam-se diante do vivido e tornam possível, à medida que escapam das determinações do presente, o desvendamento de quem somos.

"Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição" (BOSI, 1994, p. 81).

BASAGLIA, Claudete Camargo Pereira. Fragments of memory from the haberdashery shop. *AMICUS*, Batatais-SP, Ano 2, nº 4, p. 103-112

ABSTRACT: Records on fragments from the history of the commerce in the municipality of Batatais related to the activities of Syrian and Lebanese immigrants and their descendants obtained by oral interviews.

KEYWORDS: immigrants, Syrians, Lebanese, commerce, remembrances, oral interviews.

NOTA

¹ Al Zarif significa "O Belo" em vocabulário árabe.

BIBLIOGRAFIA

ALMANACH MOGYANA. 1908-1909. *Empregados da Cia. Mogyana*. Campinas, 1908.

ASSE, Jorge Salomão. *Colônia árabe em Altinópolis: 1895-1985*. Edição do autor, [s.d.].

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1994.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

MIGUEL, Salim. *Nur na escuridão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

WASHINGTON LUÍS, "O PAULISTA DE BATATAIS"

Robson Mendonça PEREIRA*

RESUMO: Aspectos da administração pública e do processo de modernização urbana na Belle Époque, através da investigação da trajetória inicial de Washington Luís no velho "oeste paulista": a Intendência municipal na cidade de Batatais.

UNITERMOS: cidades, modernidade, política, administração pública, Washington Luís.

Personagem ímpar na derradeira galeria dos primeiros presidentes republicanos, Washington Luís constitui uma das mais intrigantes personalidades políticas de nosso século, porém ainda pouco pesquisada. Um dos argumentos mais contundentes para esse "descaso" aparente explica-se talvez no arquitetado plano de desmonte da memória do período oligárquico efetuado durante o Estado Novo. Assim consolidou-se a imagem de um tempo "velho" identificado com desmandos e negociatas escusas, do banditismo dos coronéis de um sertão sem lei; este lodaçal acabou por tragar Washington definitivamente, selando seu desaparecimento prematuro da vida pública, marcado por um longo exílio na França e depois voluntário nos Estados Unidos.

Pouco sabemos a respeito desse interregno, nem pelo próprio, que não deixou um diário íntimo como Altino Arantes¹, ou mesmo uma autobiografia, apenas sua documentação pessoal, que foi repassada por sua família para o Arquivo Público do Estado de São Paulo. Com base nesse material compulsado antes de sua definitiva transferência, o historiador Célio Debes publicou o primeiro volume da extensa biografia de Washington, cobrindo sua vida política até sua saída da presidência do Estado de São Paulo em 1924.²

* Doutorando em História pela UNESP/Franca. Professor do Departamento de História - Universidade Estadual de Goiás (UEG) - 75.110-390 - Anápolis - Goiás - Brasil

Embora deixe transparecer um certo caráter laudatório, esse trabalho apresenta uma riquíssima compilação condensada de informações documentais com um refinado tratamento das fontes, mas, ao querer humanizar o biografado, Debes acabou por reforçar o mito do grande líder político, perdendo a oportunidade de um olhar mais consistente que fosse capaz de perceber as ambivalências existentes na imagem paradoxal do homem "público" profundamente comprometido com os interesses dos empresários do café, do liberal de grandes projetos e ao mesmo tempo defensor da ordem na retórica conservadora, e ainda mais um contraste, sua identificação com os símbolos da modernidade triunfante: o automóvel, o avião, as estradas, as exposições industriais.

Enfim, aquilo que acreditamos que pode conter essas diferentes faces de Washington manifesta-se em sua vocação como administrador público, seu estímulo contínuo a uma associação com os empreendimentos privados, sua confiança nos ideais do regime republicano, que chegava à beira da ingenuidade, provocando mesmo interpretações equivocadas do quadro político, como verificou-se em 1930.

A fim de compreender essa faceta definidora do personagem é que nos reportamos as suas origens políticas em trabalho na área de História, apresentado recentemente como dissertação de mestrado³, com o qual inicialmente pretendíamos contribuir para o estudo das formas de ascensão política no âmbito da estrutura política paulista na República Velha. Enfrentamos o desafio de analisar Washington Luís, sobretudo antes de sua meteórica ascensão política, tendo como preocupação o entendimento de como se deu a gestação do administrador público em um período de indefinições no regime representativo e na ordem política.

O "paulista de Macaé", como ficou conhecido mais tarde, seguiu a trajetória padrão própria dos filhos de membros de famílias tradicionais no Império. Mesmo a significativa perda do prestígio político dos Pereira de Sousa⁴, após a proclamação da República, não abalou seu curso, e Washington, após fazer parte de seus estudos no Colégio Pedro II, matriculou-se em 1889 na Faculdade de Direito de São Paulo (Largo de São Francisco), ambos berços da elite dos quadros administrativos e políticos.⁵

Bacharelado-se ainda em 1891, beneficiado pelas modificações introduzidas no currículo por Benjamin Constant, ministro da curiosa pasta da Instrução, Correios e Telégrafos, que possibilitava exames extraordinários⁶, foi nomeado Promotor Público da cidade de Barra Mansa, no interior fluminense, cargo que lhe rendeu mais dores de cabeça devido ao pequeno pecúlio que recebia e à dificuldade de obter transferência para uma entrância mais rendosa, devido à já citada ausência de apoio familiar na esfera estadual.

A necessidade de quadros de profissionais para ocuparem funções públicas, principalmente nas regiões pioneiras de café do interior paulista, associada à visão desta região do país como terra da oportunidade, o levaria a repensar suas ambições profissionais, e foi quando decidiu exercer a advocacia na distante localidade de Batatais, a convite de Joaquim Celidônio dos Reis Junior, contemporâneo da faculdade de Direito que:

"Inteirado da situação do colega, persuade-o a pedir licença do cargo e ir tentar advocacia em Batatais, no interior paulista. Seu escritório, naquela zona, então em desenvolvimento franco, exigia a cooperação de outro causídico, de vez que o volume de processos era grande. Acolhida a idéia, Washington solicita a licença. Coincidentemente, é ele transferido, à sua revelia, para promotoria de Cabo Frio. Inconformado com este ato, exonera-se do cargo."⁷

Não havia outra alternativa para um advogado neófito, que rapidamente se fixou na localidade, passando a tratar da resolução de demandas de terras, atendendo aos interesses dos "coronéis" influentes na municipalidade, função que desempenhou em todo o período que esteve em Batatais.

O empenho de nosso personagem nas lides forenses dar-lhe-ia prestígio e respeito na localidade, pois o escritório que mantinha com Celidônio, segundo constava, era o de "maior clientela, num foro que, na época era bastante animado pela multiplicidade de inventários, de processos divisórios e de questões possessórias e territoriais".⁸

Questões cíveis como as demandas de divisões e demarcações de terras, inventários, cobranças fiscais e execuções hipotecárias eram as mais reclamadas pelos proprietários locais, conforme nos revela sua correspondência particular no período em que predominavam assuntos jurídicos.⁹

Destacamos como exemplo um processo de dívida, em 1897, em que aparece como procurador de Francisco Schimdt, "modesto" proprietário da Fazenda Monte Alegre em Ribeirão Preto¹⁰, que se apresentava como "credor do espólio de Henrique José da Rocha, cujo inventário se procede por este juízo a requerimento de D. Olympia Carolina, da quantia de 5:000\$000, cinco contos de réis, ...".¹¹ O réu concordou com o pagamento e o valor da dívida sem contestação.

Houve outras demandas, como os processos de falência de empresa de Heitor Marques Arantes (tio de Altino Arantes) e de Joaquim Pereira Lima, lideranças políticas de destaque.¹²

Participaria da criação, por iniciativa dos advogados locais, da 'Assistência Judiciária para a proteção e defesa de presos pobres', em 1899, sendo seu primeiro presidente. Nos seus estatutos tinha por fim "tratar geralmente dos interesses dos presos, promovendo o andamento dos processos-crimes e especialmente fornecer gratuitamente defensor aos réus, no plenário".¹³

Embora sua atividade como profissional liberal não seja propriamente o eixo de nossa discussão, que se situa em torno da atividade política, não podemos deixar de perceber esta atuação como determinante em sua rápida integração ao meio político local, em que novamente estaria envolvido Joaquim Celidônio, que à época era presidente da Câmara Municipal da localidade. A condição de bacharel, como já afirmamos, era um dos meios de ascensão social mais eficazes. A política permitiu-lhe abrir um leque de possibilidades de acesso a cargos públicos, e para isso era necessário transformar-se no mentor das necessidades políticas locais.

A afinidade entre a atividade propriamente bacharelesca e as de um legislador em sua "estréia" antecipada nas lides políticas de Batatais pode ser demonstrada através da exaustiva análise do Código de Posturas desta localidade, redigido pelo próprio Washington em 1894.¹⁴ Possivelmente a elaboração desse documento o teria levado a um estudo profundo das questões administrativas e dos desafios apresentados na passagem para

o regime republicano, inteirando-se das discussões a respeito do regime representativo, e não foi de todo circunstancial a defesa intransigente do princípio da autonomia municipal que manteve durante todo o mandato de vereador municipal, na defesa de projetos de lei, nas disputas políticas internas, motivadas pela situação de instabilidade nacional no início da República; pôde assim aprofundar sua visão a respeito do espaço urbano, inclusive das soluções possíveis e disponíveis para os problemas colocados pela realidade.¹⁵

A paisagem de Batatais no início da República não diferia das demais cidades do interior. Não havia água encanada nem sistema de esgotos nem calçamento, cães vadios infestavam as ruas esburacadas e por elas vagavam cavalos e gado de todas as espécies. Nesse panorama lúgubre e carente de medidas higiênicas era comum a existência de focos epidêmicos, principalmente de varíola e febre amarela. A impressão que se tinha era a de que tudo estava por se fazer e a necessidade de uma intervenção urbana se apresentava mais imperiosa.

A necessidade de indivíduos competentes para o exercício de funções que exigiam formação técnica e jurídica para o manejo da burocracia levaram Washington a ser eleito vereador ainda em 1895, tomando posse no ano seguinte. Ao que parece não teve dificuldades para destacar-se, chegando à liderança do partido oposicionista. No segundo semestre de 1897, após ocupar a presidência da Câmara, renunciou ao cargo por motivos políticos e foi então, no mesmo momento, indicado para a Intendência municipal (com funções equiparadas às de prefeito).

Nessa fase foram amplos os empreendimentos realizados pelo novo intendente, direcionados basicamente para um maior dinamismo da administração. O apoio político em sua base local e o alto aporte financeiro exigido pelas reformas urbanas que empreenderia exigiram inicialmente a revisão do aparelho de arrecadação para evitar empréstimos onerosos; criou, assim, novos tributos e efetuou a cobrança judicial dos impostos em atraso, fato que provocou intenso descontentamento, colocando até mesmo um vereador governista na lista dos devedores.

Além disso, a histórica oposição de Batatais aos governos estaduais, que vinha do período Manoel Furtado e que prejudicou o município no sentido de um apoio financeiro, parecia naquele instante atenuada.

Um exemplo disso foi a canalização de água do Córrego

dos Peixes, que, iniciada por particulares em 1893, na administração de Joaquim Celidônio, foi abandonada durante longo tempo, para ser retomada por Washington no final de 1897. Entre outras medidas, contratou o engenheiro José Niederkruker, que ficou responsável pelo levantamento da planta da cidade, uma vez que a "mandada levantar pelo governo estadual estava imprestável, pelos erros grosseiros de que estava eivada". O mesmo também realizaria o término da canalização do córrego, constando ainda que "o governo estadual auxiliou as obras de canalização d'esta cidade com a quantia de 5:000\$000 em canos"¹⁶ e que, segundo A Lei noticiou em sua seção de reportagem, havia esta importância sido obtida pelo representante do diretório do partido governista local, Altino Arantes, como "cumprimento de promessa" política.

Tal auxílio acabou provocando uma série de discussões em torno do polêmico projeto de separação do distrito de Ilha Grande (atual Jardinópolis), que acabara de obter parecer favorável do Congresso Estadual, fato interpretado via de regra como "atentado à autonomia municipal".

A esse respeito podemos afirmar que não havia como certa uma definição clara dos limites dessa "autonomia" local. De maneira lúcida e com o intuito de dirigir a questão para problemas de ordem prática, o intendente propôs como solução definitiva a associação dos interesses para melhorar o resultado de outros empreendimentos urbanos em andamento:

"É nossa opinião que não precisamos de mais autonomia: precisamos, apenas, dos meios de a realizá-la. Sobram às municipalidades atribuições, que abrangem a instrução pública, a polícia, saneamento, etc., etc., o que lhes falta é dinheiro para exercê-los. Entendemos que a campanha deve ser dirigida no sentido de se aumentarem as rendas municipais."¹⁷

Além da captação de fontes e sua canalização, a implantação de uma rede de distribuição de água na cidade, naquele momento, constituiu uma outra etapa do trabalho que empregaria altas somas, sendo contratado o empreiteiro Rasmus Rasmussen para o assentamento de canos, à razão de 850 réis por metro. Foram privilegiadas a área central do

Largo da Matriz e a extensão das ruas que faziam a ligação com a estação ferroviária:

"A água do Corrego dos Peixes foi distribuída nas ruas Cap. Andrade, Avenida dos Andrades, Cel. Pereira, Comercio, Quitanda, Sete de setembro e Largos da Matriz e Liberdade, segundo o plano do engenheiro.

Esta Intendencia aproveitando alguns canos que sobraram e outros que existiam da canalização do Capão, mandou distribuir na rua Municipal, Largo do Castello e rua da Estação ate uma certa extensão, serviço complementar que si acha quasi prompto."¹⁸

Em 1898 estava concluída a distribuição, despendendo-se um total de 18:193\$600 réis com a abertura de 91 "pennas d'água" (ou veios na partilha de água) e fornecimento diário de 400 litros para cada habitação, à razão de 6\$000 réis mensais. Reparos no sistema de canalização do Córrego do Capão, também iniciados no governo anterior, aumentaram significativamente os gastos. Ao final, as despesas com canalização de água acabaram constituindo um dos maiores investimentos públicos da municipalidade na década de 90, chegando a um montante de 171:748\$335 réis, compreendendo 30,2% da despesa orçada.

O rompimento do açude do córrego do Capão, que provocou a paralisação momentânea do fornecimento de água, tornava crítica uma situação de insuficiência, que foi resolvida através do aumento da captação em novas áreas. Assim, seguindo indicação de moradores antigos da cidade, o intendente "... mandou fazer um rasgão de 200 metros de extensão, com 3 metros de profundidade, na margem das nascentes do Corrego do Capão, que poz a descoberto mais quatro nascentes que, captadas, abastecem abundantemente a cidade estando estabelecido o funcionamento regular d'esse serviço."¹⁹ Da canalização desse córrego seriam concedidas 30 "pennas" e abastecidos 5 chafarizes públicos, sendo que ao fim da administração de Washington estavam funcionando 127 pennas, acrescentando ser "esse melhoramento de vantagem real para a higiene pública e comodidade dos particulares".²⁰

A pressão exercida à época por uma expansão imobiliária significativa promoveu uma demanda por serviços urbanos que exigiam da municipalidade obras de saneamento básico:

"A realização de melhoramentos, a satisfação de necessidades crea necessidades; assim é que a canalização de agua, a distribuição abundante d'agua às habitações impõe a organização de um serviço de remoção de aguas servidas."²¹

Um sistema de "remoção de imundices" ou esgotos do interior das habitações tornou-se uma exigência para este esforço de higienizar, atacando-se as pestilentas latrinas de fundo de quintal, a fim de evitar uma possível contaminação do lençol de água subterrâneo. Uma lei de novembro de 1897 autorizou o intendente a mandar fazer os estudos para aplicação de um sistema de fossas móveis, que foi realizado pelo higienista Gualter Pereira. A canalização dos esgotos foi descartada por apresentar-se financeiramente inviável para os poucos recursos da municipalidade, além de exigir abundância de água e gastos elevados de manutenção, pois "não sendo bem feitos e bem conservados, acabam por permittir a contaminação do solo, como já se verificou em São Paulo, em 1892 no bairro S. Ephigenia ...".²²

A escolha das fossas móveis prendia-se claramente ao reduzido gasto de execução e remoção dos resíduos efetuados por carroças comuns, revestidas internamente de zinco, que recolhiam os baldes que ficavam acoplados a um sistema que lembrava um vaso sanitário, mas que poderia ajustar-se a qualquer local.

Como a municipalidade de Ribeirão Preto estava colocando à venda o sistema em questão, em virtude do estabelecimento de sua rede de esgotos, poderia Batatais adquirir esse material a um custo menos elevado. Sendo assim, apresentou um pedido de concessão de empréstimo para esse fim.²³

A essas medidas de higiene pública seria acrescentado o serviço regular de remoção de lixo das habitações, feito de três em três dias, além da limpeza regular das vias públicas.²⁴ A proibição da circulação de animais dentro da cidade, imposta pelas posturas, foi colocada em uso para modificar a imagem

rural mandando recolher "... ao curral do conselho, as vaccas, cabritos, carneiros, cavallos e burros que enchiam as ruas da cidade dando-lhe o aspecto de enorme fazenda de criar...".²⁵

O tratamento com os cães seguiu outro caminho, o do extermínio, por lei, de todos que fossem encontrados nas ruas e praças, uma das poucas resoluções que a população apoiou, em virtude do disseminado medo da "raiva" (hidrofobia). O número de animais mortos passou de 800, conforme atesta o mesmo relatório, demonstrando de certa forma a ausência de limites a que as medidas sanitárias chegavam para efetivação da higienização do espaço público.

Podemos perceber que as intervenções urbanas, levadas a efeito pelo poder local, não se restringiram basicamente a uma atuação naquilo que podemos chamar de espaço público, pois ganhava cada vez maior destaque uma atuação mais global sobre a cidade e seus habitantes. Era inclusive considerado fator fundamental, para atingir os objetivos, interferir ao mesmo tempo na casa e na rua, nos espaços públicos e privados: "O esvaziar da rua corresponde a um desadensar das casas. De um lugar onde tudo acontece para lugar de trânsito. Nessa passagem ela deverá guardar no seu contorno os elementos desta nova sociedade."²⁶

As determinações contidas nas posturas quanto ao alinhamento das construções, prevendo recuos frontais e laterais nas novas residências, prendiam-se a uma tentativa de configurar e delimitar o espaço privado das famílias nas casas, como unidades individualizadas e, portanto, separadas do trânsito das ruas.

Nota-se uma certa dificuldade para fiscalizar e eliminar as antigas construções de taipa e adobe, símbolos do "atraso" que a elite cafeeira desejava banir do espaço urbano. Os poucos recursos de que dispunha a população para a construção de suas moradias levaram a uma indicação curiosa do vereador Washington: "opinando que fosse toleradas as edificações de casas já começadas, que não estiverem nas condições das Posturas, mas que se acharem encaibradas ou já cobertas"²⁷, e mesmo outra do vereador Manoel Theodolindo que "si designe o bairro acima da Avenida 24 de fevereiro [antiga Av. n.º 1] até a rua do Campo Alegre, para nelle serem toleradas edificações pobres sem obrigação de cumprirem ou observarem as dimensões determinadas pelas Posturas, até o vallo do Potreiro".²⁸

O empenho em constituir a cidade de Batatais dentro de um plano urbano ortogonal fazia parte dos projetos das administrações municipais, desde o final do Império. Com o fluxo comercial e o adensamento populacional, as ruas passam a ser vistas como vias privilegiadas de trânsito, devendo ser retas e uniformes, transformadas e redimensionadas ao gosto dos novos conceitos que se têm de espaço público.

A municipalidade passa a deter-se com mais afinco na manutenção e no conserto de ruas, abandonando a forma tradicional, que consistia na colocação de terra nos buracos cavados pelas enxurradas, serviço considerado inadequado. Uma outra solução deveria levar em conta certas dificuldades, segundo as considerações do intendente:

"A posição topographica da cidade pelas suas subidas e descidas torna difficil a conserva [sic] das ruas, continuamente esburacadas nos tempos das chuvas. Abandonando o systema usado até agora, ... esta Intendencia tem mandado sargetar de pedra as ruas para encaminhar e conduzir as enxurradas sem prejuizo das ruas."²⁹

A utilização de sarjetas constituindo duas vias de trânsito rigidamente separadas encaixa-se na proposta moderna de movimentação e transformação do conceito de espaço público. A rua passa a permitir fluxo rápido de carroças, carros e outros veículos, enquanto o passeio público ou a calçada destinam-se aos pedestres, como distintos meios modernos de circulação que se instauram no meio urbano. Além disso, medidas visando a estabelecer a obrigatoriedade, para proprietários de terrenos e casas nas ruas onde houvesse sarjetamento pronto, de "calçar os respectivos passeios"³⁰, colocariam estas vias em uma espécie de vácuo ou fronteira derivada de sua utilização ao mesmo tempo pública e particular.

A crítica à morosidade do serviço de reforma da viação urbana, diante do crescimento vertiginoso da cidade, servia de pauta à imprensa local, destacando a necessidade imprescindível de tal serviço, dando vazão às queixas gerais expressas nos artigos dos periódicos que narram o desejo de modernidade contrastada com suas possibilidades:

"Não temos a minima intenção de melindrar a Camara Municipal, com as linhas que se seguem, á respeito das ruas e praças d'esta cidade que, incontestavelmente apresentam uma feição triste, atteuta a vegetação do mato e capim, de que se acham cobertas.

É de summa utilidade que a mesma Camara faça imperar a lei que obriga aos proprietarios dos predios urbanos, a limpar as testadas dos mesmos predios, bem como, mesmo com certo sacrificio, mandar, por sua conta, fazer a capina dos centros das ruas e praças.

A cidade embelleza-se dia a dia; a sua população aumenta sensivelmente; a viacção dos vehiculos cresce; tudo enfim, demonstra progresso e adiantamente, é preciso, pois, que as nossas ruas e praças, em geral largas e grandes, deixem de ter aspecto que faz desmerecer muito a sua belleza natural."³¹

As dificuldades de conservação de certos trechos começaram a ser resolvidas já em fins de 1897. Na abertura de concorrência pública, que passa a ser uma constante para outras obras, como pudemos verificar, venceu a proposta de Manoel Antonio Alves, que foi contratado a uma razão de 7\$500 réis por metro assentado, tendo privilegiado inicialmente a área central da cidade, em torno do Largo da Matriz, de acordo com o segundo relatório do intendente:

... já foram sarjetadas partes das ruas do Theatro, Sete de Setembro, Direita, Commercio, Cel. Pereira, Largo do Rozario e Liberdade, tendo se dispendido a quantia de 4:828\$250. Tem-se mandado sarjetar os pedaços mais ingremes das ruas, e d'algumas apenas um lado afim de que aproveite esse beneficio ao maior numero attendendo-se á escassez da verba estada que foi de 30:000\$000, para serviço tão grande."³²

A municipalidade intensificou o serviço, gastando, até o início de 1899, aproximadamente 21 contos de réis, tendo coberto cerca de 2.800 metros de ruas que, somados ao já existentes, totalizaram 5.100 metros. A atenção da imprensa então passa a recair sobre outros detalhes, como emplacamento de ruas e numeração de casas, uma vez que, "varias ruas e avenidas, muitas das quaes, embora já cognominadas oficialmente, os seus nomes são ignorados pela maioria da população, acarretando grave prejuizo para o serviço postal..." e, completando, exigia atenção da municipalidade para a necessidade de "que as suas varias e bellas ruas e praças tenham um nome com que se deem a conhecer mediante placas que os conservem, indelevelmente, bem como numeros, que indiquem a residencia dos seus habitantes..."³³

A tentativa de estabelecer ordem e disciplina no meio urbano, através destas inovações, foi estendida ao serviço de veículos, feito basicamente por carroças, charretes e troles. Um projeto apresentado chegava a estabelecer o máximo a ser cobrado por fretes e corridas, exigências que chegaram mesmo a provocar uma greve de cocheiros em abril de 1898.³⁴

Fartos recursos foram investidos na construção de um novo Matadouro e do Mercado, após intensa campanha feita pelos periódicos que criticavam o "pestilento" e "insalubre" prédio da Cadeia, local onde também funcionaram por longo período as reuniões da Câmara, as audiências judiciais e ainda a Coletoria Municipal. A reforma do Teatro, a compra de um prédio para a instalação do Paço Municipal e a ampliação e troca do sistema da iluminação pública marcaram outro momento dos investimentos efetuados até o início do século XX, somando-se aos empreendimentos anteriores.

As inúmeras concorrências e concessões públicas que visavam a remediar os custos da consecução dos projetos foram de vital importância, embora, em muitos casos, a municipalidade, por impossibilidade financeira, acabava por conceder privilégios incomuns aos concessionários dos serviços, como no caso dos empréstimos estaduais, em que se pedia como garantia a renda dos impostos mais rendosos.

A experiência dos imigrantes foi incorporada, participando como construtores, empreiteiros de obras, projetistas e pedreiros nas obras públicas, uma tendência que já se verificava

no âmbito das construções particulares. Essa presença, principalmente dos italianos, provocou uma enorme influência na paisagem urbana:

"Neste momento, é necessário assinalar a chegada dos italianos em Batatais, em virtude do predominante papel que exercerão na arquitetura das próximas décadas, sem que, no entanto, possamos afirmar que eles foram os responsáveis pela introdução da arquitetura de tijolos e da linguagem da tradição [neo]clássica. ... os primeiros edifícios em que foi possível estabelecer a autoria de construtores italianos foram realizados em 1898."³⁵

Essa renovação arquitetônica, que se configura nos anos 90, apoiou-se em novos materiais construtivos disponíveis com a chegada da ferrovia, como os tijolos, os sacos de cal e outros, muitas vezes importados da Europa pelo porto de Santos, como as barricas de cimento, as telhas francesas, as ferragens inglesas para portas e janelas, os condutores e calhas, as colunas de ferro, os gradis e portões, o mármore e o pinho de Riga para os pisos.³⁶

Além disso, como ficou assinalado, a disponibilidade de materiais dependia de uma mão-de-obra com domínio de novas técnicas construtivas para execução dos edifícios, e aí entravam os estrangeiros, como os pedreiros e empreiteiros italianos, citados no Livro de Lançamento dos Contribuintes ao Imposto de Indústrias e Profissões, em seu volume mais antigo, de 1895 a 1898: Sílvio Strada, Emygdio Bruno, Santo Degani, José Zampieri, Pedro Petrarchi e Ricardo Degani.³⁷

Há também um fato que se alia para explicar essa difusão de gostos, que era a existência de uma clientela enriquecida com o café e que, com maior frequência, viajava para os grandes centros e voltava ávida por aplicar em suas moradias tudo aquilo que a encantava em suas visitas a Campinas, Santos, São Paulo e mesmo à capital da República.

Dando conta dessas transformações, a imprensa local dava destaque à questão da iluminação, passando a criticar o sistema empregado e a morosidade do serviço. Ao mesmo tempo, anunciava as vantagens dos novos meios empregados como sugestão ao poder público:

"A iluminação actual é uma eterna lua nova. O kerozene, as tão afamadas lampadas belgas, já não podem satisfazer os requisitos que se busca operar quando por meio delles se pretende dar luz completa á viação pública...

Entretanto gasta a municipalidade elevada somma para satisfazer os requisitos de uma boa iluminação publica. Busque outra luz, mais clara e quiçá mais barata mesmo.

Veja o exemplo de suas irmãs do oeste. A Mococa trata de ser iluminada a luz electrica. Casa Branca a muito que o é ... Esta cidade póde, por sua população, pela riqueza de seu municipio, ver dotada de todos os melhoramentos de que aquellas outras gozam, sem grande pezo aos cofres de sua municipalidade."³⁸

Esta constante alusão às melhorias urbanas de outras localidades demonstra inequivocamente a ampliação irrestrita do processo de modernização. A respeito do sistema de iluminação pública de Batatais podemos dizer que em 1892 perfazia um total de 50 lampiões a querosene, colocados nos largos e nas esquinas das ruas, em postes de 2,60 m de altura, sendo que dois anos depois havia em funcionamento pelo menos 75 lampiões.³⁹ O primeiro relatório do intendente Washington dava conta de um acréscimo de 36 lampiões aos 91 existentes. Entretanto, comentava sobre a deficiência do serviço e o atraso, que não correspondia às necessidades da população.

Embora fossem comuns as doações de particulares para a Câmara, de material para iluminação, a busca de uma possibilidade de troca do sistema demandava um investimento de grandes capitais, o que levou a abertura de concorrência pública, em maio de 1898, com o estabelecimento de um privilégio de exploração por 20 anos na instalação de iluminação a gás acetileno ou luz elétrica⁴⁰, que também fixava o custeio anual do serviço em 18 contos de réis.

As várias propostas apresentadas para iluminação por luz elétrica foram recusadas por exigirem remuneração muito superior à autorizada na lei, motivo apresentado pelos proponentes, devido a uma cláusula do contrato, segundo a qual a municipalidade receberia ao fim da concessão, sem indenização

alguma, todo o material empregado na instalação de iluminação elétrica, sendo que "isto exigia um capital, que junto á despeza do custeio, formava uma quantia da qual os 18:000\$000, autorizados pela Camara, seriam quasi que os juros" e, evidentemente, não compensava um investimento de risco sem um retorno compensatório.⁴¹

Os altos custos do empreendimento verificam-se no orçamento fornecido, em 1896, pela filial da empresa norte-americana The Westinghouse Machine Company, que totalizava, somente para os custos do material importado, 8.982 dólares ou 44:910\$000 réis e que, somados às despesas com a instalação de energia pública e particular, chegavam a 96:792\$000 para uma renda calculada para aquele ano em pouco mais de 110 contos de réis, sem deixar de mencionar as diversas despesas e investimentos em andamento.⁴²

Afinal, seria praticamente inviável naquele momento a instalação de luz elétrica na cidade, mesmo com o esforço deliberado de Washington, que acabou conseguindo a supressão do item que conferia a reversão do material. Outro impedimento prendia-se ao fato de que os convênios com empresas estrangeiras e o pedido de isenção de impostos para compra dos materiais destinados à instalação dependiam de aprovação do Congresso Estadual, nem sempre favorável a essas concessões.

Até 1904, quando foi assinado contrato com a Companhia Paulista de Eletricidade, não encontramos qualquer outra iniciativa pública ou privada neste setor, permanecendo Batatais ainda por certo tempo a conviver com os condenados lampiões a querosene.

A cidade convulsionada chegava ao fim da administração de Washington totalmente remodelada, senão reconstruída pelas obras de infra-estrutura. Foram desmedidos os gastos para dotá-la dos mais modernos e higiênicos empreendimentos da época.

A demonstração do ilimitado na ação do administrador público verifica-se nos anseios do intendente, superando a perspectiva meramente política em que se encerrava a luta pela autonomia municipal: esta revelou-se em sua ação modernizadora do urbano, no atendimento das demandas requeridas inicialmente pela classe agrária, o que provocava uma ligeira atrofia do aparelho público para os interesses privados, derivando na significativa participação da iniciativa privada em obras públicas.

Mas, com o decorrer do tempo, o adensamento populacional e a diversificação das atividades urbanas permitiram um certo destaque dos imigrantes, que a política de reformas empreendidas pela administração não poderia descartar.

De certa maneira, a incorporação da cultura imigrante ao cotidiano das cidades do oeste paulista imprimiu significativas mudanças na maneira de se implementarem as políticas públicas, tendo reflexos, como já anotamos, na arquitetura dos ornamentos das fachadas dos prédios, na aplicação de técnicas de planejamento apurado das construções, nas novas profissões e seu aperfeiçoamento. A modernização urbana operada não pode ser vista como puro exercício das elites, mas como uma simbiose de seus desejos com a importação do conhecimento trazido pelos trabalhadores imigrados, que desfrutaram de seus benefícios.

Acreditamos que Washington utilizava-se do discurso da autonomia como um instrumento de afirmação política, mas que no exercício administrativo flexibilizou este instrumento, transformando-o em meio para alcançar um aperfeiçoamento moral e material que desejava para a cidade, pois acreditava no zelo do governante no projeto civilizatório. Aí encontra-se em parte o fundamento da unanimidade política que alcançaria em Batatais enquanto intendente, mesmo entre seus inimigos, pois a afirmação dos pressupostos da Higiene, como uma ideologia, implicavam, como afirma Chalhoub, na "despolítica da realidade histórica, a legitimação apriorística da decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano".⁴³ Isto significava, em outras palavras, a possibilidade de gerir de maneira neutra os problemas da cidade, superando os interesses particulares e os conflitos sociais nela existentes. Entretanto, essa ideologia funcionava como uma forma disfarçada de política de saneamento social da cidade, enquanto excluía e impunha seus critérios para a sociedade. O sucesso dessa experiência foi imprescindível na carreira pública de Washington e tornou-se visível em vários momentos em que se refere a Batatais, inclusive no discurso proferido durante a inauguração do primeiro grupo escolar da cidade, quando foi especialmente homenageado:

"Desta terra direi, senhores, que é a patria minha querida, por mim adoptada, porque nella encontrei acolhida maternal e generosa.

Ao alvorecer daquela vida que a giria academica tão assustadoramente denomina a vida pratica, aqui aportei cheio de esperanças de trabalho e de sonhos de gloria."⁴⁴

PEREIRA, Robson Mendonça. Washington Luís, the "paulista de Batatais". AMICUS. Batatais-SP, Ano 2, nº 4, p. 113-129

ABSTRACT: Aspects of public management and urban modernization process in Belle Époque through investigation of Washington Luís's initial career in the old western São Paulo: the city intendance of the city of Batatais.

KEYWORDS: cities, modernization, politics, public management, Washington Luís.

BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Altino. *Passos do meu caminho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

DEBES, Célio. *Washington Luís: primeira parte 1869-1924*. São Paulo: IMESP, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DUTRA, Maria Stella Teixeira Fernandes. *A Arquitetura em Batatais(1880-1930)*. Campinas, 1993. 2v. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição: Santos: 1870-1913*. São Paulo/Santos: HUCITEC, 1993.

LEMONS, Carlos A. C. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

NEEDEL, Jeffrey. *Belle Époque tropical. sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PEREIRA, Robson Mendonça. *O municipalismo de Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900): aspectos da modernização urbana no interior paulista na República Velha*. Franca, 1998. 249p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista.

_____. *Reforma urbana e construção da ordem: o traçado da política higienista no interior paulista – o caso de Batatais (1890-1900)*. In: *Sociedade e Cultura*. v.2, n.1/2, jan./dez. 1999, p.201-228.

VENANCIO Filho, Alberto. *Das Arcadas ao bacharelismo (150 anos de Ensino Jurídico no Brasil)*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1982 (Coleção Estudos; v.57).

LEGENDA

ACCB – Arquivo Cartorial da Comarca de Batatais.

ACMB – Arquivo da Câmara Municipal de Batatais.

AESP – Arquivo do Estado de São Paulo.

¹ ARANTES, Altino. *Passos do meu caminho*.

² DEBES, Célio. *Washington Luís: primeira parte 1869-1924*.

³ PEREIRA, Robson Mendonça. *O municipalismo de Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900)*.

⁴ DEBES, Célio. Op. Cit., p.22. Foi expoente maior da família o primo de seu pai, o conselheiro Pedro Luís Pereira de Sousa, deputado geral por sua província em duas legislaturas (1864-66 e 1878-79), Ministro dos Negócios Estrangeiros do Gabinete Saraiva, tendo acumulado interinamente, as pastas do Império, da Agricultura e da Marinha e também Presidente da Província da Bahia (1882-84).

⁵ NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque tropical*, p.80.

⁶ BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*, v. I. APUD: VENANCIO Filho, Alberto. *Das Arcadas ao bacharelismo*, p.322. Em São Paulo esses estudantes eram denominados *cometas*, porque desapareciam, voltando as suas cidades de origem.

⁷ DEBES, Célio, Op. Cit., p.24.

⁸ ARANTES, Altino. Op. Cit., p.366. Consta que Joaquim Celidônio havia se formado em 1890 e atuado anteriormente como Juiz municipal em Batatais.

⁹ AESP. Caixa 1, pacote 2, pasta 2. O material consta do Arquivo Washington Luís. Segundo Lote. "*Iniciação como advogado (1894-1899)*",

¹⁰ Na verdade seu patrimônio estava avaliado em 60 fazendas e 30 milhões de pés de café, e junto com Henrique Dumont e Iria Junqueira dominavam o mercado cafeeiro intitulado-se "*reis do café*".

¹¹ ACCB. Processo n.º 719/1897. Dívida. Cartório do 1.º Ofício, p.1.

¹² ACCB. Processos n.º 1893/1898, 1894/1899 e 760/1898. Cartório do 1.º Ofício.

¹³ O registro dos atos da entidade estão em livro denominado *Assistência Judiciária*. Batataes / E. S. Paulo. Brasil. Comarca de Batatais, conforme DEBES, Célio. Op. Cit.

¹⁴ *Código de Posturas de Batataes*: Lei n.º16, 1894.

¹⁵ Para um exame comparativo do choque existente entre os dispositivos legais presente nas posturas e sua efetivação por parte dos administradores em outros municípios paulistas e na capital recomenda-se a leitura de LEMOS, A. C. Lemos. *A República ensina a morar (melhor)*.

¹⁶ RELATÓRIO do Intendente Municipal de Batatais de 01 abr. 1898, p.2-3. ACMB. Caixa 8. Em requerimento dirigido à Câmara, Martinho da Rosa ofereceu para fazer a sua custa a ligação dos encanamentos das águas dos córregos do Peixe com o do Capão, o qual não houve conhecimento da resposta. ACMB. Atas da Câmara. Vol. 1892-1898. 25 fev. 1897, p.115.

¹⁷ A Lei. 18 jan. 1898, p.2.

¹⁸ RELATÓRIO do Intendente Municipal de Batatais de 01 abr. 1898, p.3. ACMB. Caixa 8.

¹⁹ Ibid., p.4.

²⁰ RELATÓRIO do Intendente Municipal de 1899. Suplemento. *A Penna*. 13 jan. 1899, p.17-8.

²¹ Ibid., p.12

²² Ibid., p.14. Lei n.º 74.

²³ ACMB. Caixa 13/14. Lei n.º 120, de 20 de junho de 1899, p.82. Em seu art. 1.º: "*Fica o Intendente municipal autorizado a contrair um empréstimo de 60:000\$000, para ser aplicado no serviço de remoção de matérias fecais e concertos de caminhos e ruas*". Ficava como garantia do pagamento dos juros desta dívida, que seria abatida em três anos, o imposto proveniente de indústrias e profissões.

²⁴ RELATÓRIO do Intendente municipal de 1899, op. cit., p.12.

²⁵ Ibid., p.22.

²⁶ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição: Santos: 1870-1913*, p.106.

²⁷ ACMB. Atas da Câmara. Vol. 1892-1898, 03 nov. 1897, p.148.

²⁸ ACMB. Atas da Câmara. Vol. 1892-1898, 04 jan. 1898, p.158.

²⁹ RELATÓRIO do Intendente de 1 abr. 1898, op. cit., p.7.

³⁰ ACMB. Atas da Câmara. Vol. 1892-1898, 01 fev. 1898, p.163

³¹ *A Penna*, 23 dez. 1898, p.1.

³² RELATÓRIO do Intendente de 1 abr. 1898, op. cit., p.7.

³³ *A Penna*. 30 dez. 1898, p.1.

³⁴ ACMB. Atas da Câmara. Vol. 1892-1898, 04 maio 1897, p.124. As carroças poderiam cobrar 5 réis por quilo de mercadoria e 100 réis por saco de sal, enquanto para o carro ou *trolly*, mil réis por corrida na cidade ou ida e volta até a estação da Estrada de Ferro, e três mil réis por hora.

³⁵ DUTRA, Maria Stella Teixeira Fernandes. *A Arquitetura em Batatais(1880-1930)*, v.1, p.84.

³⁶ Ibid., p.96-7.

³⁷ Ibid., p.97.

³⁸ *O Direito*. 30 abr. 1898, p.2.

³⁹ DUTRA, Maria Stella Teixeira Fernandes, Op. Cit., p.90.

⁴⁰ ACMB. Atas da Câmara. Vol. 1892-1898. 06 abr. 1898, p.172.

⁴¹ RELATÓRIO do Intendente Municipal de 1899, op. cit., p.20.

⁴² ACMB. Caixa 6. *Orçamento para o fornecimento do material da luz elétrica em Batataes (30 abr. 1896)*.

⁴³ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*, p.35.

⁴⁴ *Ilustração Paulista*, 17 de junho de 1911.

O TEATRO MUNICIPAL DE BATATAIS – ONTEM E HOJE

Clotilde de Santa Clara Medina CARDOSO*

RESUMO: Graças à participação de diversas pessoas – professores, alunos, beneméritos e autoridades municipais, Batatais possui hoje magnífico teatro, ao qual o genial Fausto Bellini Degani empresta seu nome. Que se reconheçam os méritos desses idealistas é o que se pretende.

UNITERMOS: IESA, peças teatrais, festivais, projetos e realização.

“A existência de clubes dramáticos em Batatais deve datar de tempos imemoriais, pois foi devido a essa circunstancia que, em 1850, se cogitou a construção de um teatro. Infelizmente, porém a despeito das buscas sem conta que levamos a efeito nada de positivo nos foi dado alcançar. ”

Jean de Frans, *A Gazeta de Batataes*, 29/12/1918

1 - Introdução: o Instituto de Educação Sílvio de Almeida - IESA

De forma diversa do que aconteceu ao nosso Jean de Frans, as origens do atual Teatro Municipal de Batatais não são uma incógnita, mas uma realidade bem presente e documentada, embora seja um tanto quanto desconhecida pela maioria da sua população, graças à peculiaridade de sua criação, ligada ao meio estudantil, de certa forma ainda restrito, no início dos anos 60.

Está intimamente ligado ao então Instituto de Educação Sílvio de Almeida, de nossa cidade. Dada a importância daquele estabelecimento de ensino, convém que discorramos um pouco sobre ele. (Cardoso et alii, 1999, passim). Criado como Ginásio do Estado na interventoria de José Carlos Macedo Soares, pelo decreto-lei 16.870, publicado no Diário Oficial de 11/02/1947, foi instalado a 29 de março de 1948. Funcionou originalmente

*Professora de História da Rede Estadual de Ensino, aposentada.

no prédio do Grupo Escolar do antigo Instituto Agrícola de Menores, tendo sido transferido dois meses após para o prédio onde funcionava o Grupo Escolar Dr. Washington Luís, à Praça Anita Garibaldi.

Transformado em Colégio, em 06 de dezembro de 1950 passou a denominar-se Colégio Estadual Sílvio de Almeida, tendo sua sede transferida no início de 1951, para o prédio do antigo Fórum e Cadeia Pública, localizado à Praça Barão do Rio Branco, onde permaneceu por vinte e três anos. Em outubro de 1973 ganhou sede nova, pois foi construído um magnífico edifício situado no alto do bairro do Riachuelo, onde essa escola se encontra até hoje.

A importância desse estabelecimento de ensino deve-se ao fato de ter sido a primeira escola pública de nível médio da região, pois, anteriormente, somente em Franca e Ribeirão Preto havia estabelecimentos congêneres. O Ginásio Estadual de Batatais passou a abrigar alunos vindos de Altinópolis, Brodowski, Nuporanga e Jardinópolis, que para cá acorriam, buscando um ensino gratuito e de boa qualidade.

Em 04 de março de 1954 deu-se a aula inaugural do Curso Normal, sendo que a 14 de março de 1961 essa escola ganhou foros de Instituto de Educação, quando passou a ser conhecida pela sua sigla I.E.S.A – Instituto de Educação Sílvio de Almeida -, sigla esta que parece ter se incorporado ao inconsciente coletivo, pois, embora tantas mudanças tenham ocorrido no campo educacional, e as siglas tenham oficialmente sido mudadas, é IESA que a maioria das pessoas ainda chama a escola, cuja denominação atual é Escola Estadual Sílvio de Almeida, e a sua sigla seja EESA.

2 – Os precursores e suas peças vitoriosas

Dentre os variados recursos utilizados pelos professores para o ensino da língua portuguesa, e especialmente da Literatura, a encenação de peças teatrais fazia o gosto de alguns professores de Português, conforme depoimentos de ex-alunos. Entre eles vamos encontrar a figura peculiar do professor José Carlos Cintra. Paulista, de Amparo, nasceu no ano de 1929 e foi educado desde os treze anos de idade no Seminário do Coração de Maria, em Curitiba. Era costume os meninos, mal terminavam o quarto ano primário, irem para o Seminário Menor, onde faziam

o ginásio de cinco anos e depois o equivalente ao Ensino Médio atual.

Quem nos contou isso foi o colega de Seminário e amigo de José Carlos, o padre Elias Leite. Segundo ele, José Carlos gostava de estudar línguas, tendo acompanhado com interesse curso de tupi-guarani e se devotado ao estudo da língua grega, da qual veio a tornar-se professor. O mesmo acontecia com a nossa própria língua. Contou-nos ainda que ambos gostavam de escrever poesia, que publicavam nos jornais murais do Seminário e depois em livros publicados pela Ordem. José Carlos formou-se em Teologia e Filosofia, trabalhando depois como professor no Colégio São José de Batatais, onde lecionava Latim e Música, pois havia estudado piano e órgão no Seminário, onde costumava tocar nas missas, acompanhadas por Coro. Reorganizou o coral da Igreja Matriz de Batatais, ao qual deu o nome de Pio XII, tornando-o de tão alta qualidade, que veio a ser considerado pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo como de “utilidade pública”, apresentando-se com sucesso em várias cidades da região.

Em 1960 tornou-se professor de Português do Instituto de Educação Estadual Sílvio de Almeida. Ali realizou um trabalho diferenciado, do qual guardam entusiásticas lembranças seus ex-alunos. Tinha um gosto muito grande pelas expressões artísticas de forma geral e, no dizer da professora Nancy Coutinho Marinelli, “A arte era o seu espaço. Transitava de um ramo a outro com igual competência.” (Cardoso et alii, 1999, p.134).

No IESA, as chamadas “aulas de salão” eram realizadas uma vez por semana no salão de festas do prédio da Praça Barão do Rio Branco. O professor dava muita ênfase à interpretação de textos literários, por isso esse era o dia escolhido para os alunos apresentarem poesias, esquetes e dramatizações. Mas, boquiabertos ficavam os alunos ao ouvirem o próprio mestre ler trechos de diversos autores, com tamanha expressão, que chegava a emocionar muitas vezes o próprio intérprete...

Seu espírito empreendedor entrou em ebulição quando soube da criação do 1º Festival do Teatro Amador do Estado de São Paulo. Como era amante de todos os tipos de expressão artística e de sua difusão, interessou-se em organizar um grupo teatral com seus alunos, para participar desse evento. Procurou o Prof. Gilberto Ribeiro Alves, da cadeira de Desenho e

que ministrava também a prática educativa Orientação de Teatro. Com esse encontro ficou selada a criação do TABA - (Teatro Amador de Batatais).

O professor Gaspar de Souza Prado Neto, o Gasparzinho, que era estudante do curso ginásial na época e viveu toda a efervescência dos fatos, deu-nos seu depoimento:

"Havia uma fase eliminatória entre as cidades e o evento deu-se de 16 a 22 de outubro de 1963. O TABA iniciou seus ensaios bem antes, provavelmente entre maio e junho daquele ano. O primeiro Festival foi em Ribeirão Preto, o que facilitou muito, dada a sua proximidade com Batatais. Nós ensaiávamos na Rádio Difusora, que possuía palco, o que facilitou sua adaptação para a peça.

Houve uma apresentação em Batatais com casa cheia, pois com os familiares de todos aqueles envolvidos no espetáculo, mais os estudantes do IESA, deu para lotar o auditório da Rádio Difusora.

A todo aquele esforço juntava-se o trabalho do professor de Desenho Gilberto Ribeiro Alves, que, além de suas qualidades plásticas, era um marceneiro de mão cheia. Essa versatilidade foi muito útil para a confecção dos cenários. Dentro do elenco, cada um tinha sua função só no Programa, pois na realidade, todo mundo participava serrando, pregando e pintando.

Os recursos financeiros vinham dos pais, e tenho certeza que os dois professores também puseram a mão no bolso.

Ribeirão Preto era também carente de teatro, então a apresentação foi na ARCA, um salão da Companhia Antártica Paulista. A escolha da peça veio influir um pouco no seu resultado, pois José Carlos escolheu um texto muito denso, o 'Arsênico e Alfazema', uma comédia em três atos de Joseph Kesselring. Para um grupo que não tinha nenhuma

experiência, foi um desafio. Participavam alunos dos cursos ginásial e colegial, meninada entre 17 e 20 anos, todos pertencentes ao IESA.

Em Ribeirão, classificamo-nos bem, embora não tivéssemos ganhado o primeiro prêmio. Gerou, porém, uma experiência da qual não posso me esquecer. Em seguida, houve um convite e fomos apresentar 'Arsênico e Alfazema' no teatro Carlos Gomes em Campinas. Muito antigo, pois devia ser contemporâneo dos grandes teatros do fim do século XIX e início deste, era uma pérola de teatro e que, infelizmente, foi demolido. De dimensão modesta, mas construído com material todo importado, era maravilhoso. Pudemos conhecê-lo intimamente, pois no trabalho de construir cenários, subíamos e descíamos no seu palco e perambulávamos pelas suas instalações, verdadeiramente luxuosas. A meninada vibrava com toda essa movimentação; viagem, montagem de cenários e ensaios eram para nós na época coisa jamais imaginada...

No ano seguinte participamos novamente do Festival de Teatro Amador, realizado em Botucatu, desta vez com a peça "A visita da velha senhora", de Friedrich Durrenmatt, que havia recebido o prêmio Schiller, o mais ambicionado galardão teatral da Alemanha.

Para essa participação, o TABA havia feito uma união com o CETEC de Ribeirão Preto, que foi o vencedor do Iº Festival do Teatro Amador, em 1963, e passou-se a chamar-se TABA-CETEC."

Cardoso et alii, 1999, p. 127.

3 - Da luta para se conseguir o teatro à sua inauguração

Nessa ocasião, o governo do Estado de São Paulo decidiu aquinhoar algumas cidades com teatros, tendo distribuído um total de oito, inclusive o Teatro da Cava do Bosque para Ribeirão Preto.

Com a vitória conquistada, os professores José Carlos Cintra e Gilberto Ribeiro Alves foram mais uma vez à luta. Procuraram a Comissão Estadual de Teatro, da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, cujo titular era o Dr. Juvenal Rodrigues de Moraes. Nagib Elchmer, presidente da CET, conseguiu a liberação de mais um teatro, desta vez para Batatais.

O trabalho daquele entusiasmado grupo continuou. Ainda com o depoimento do "Gasparzinho":

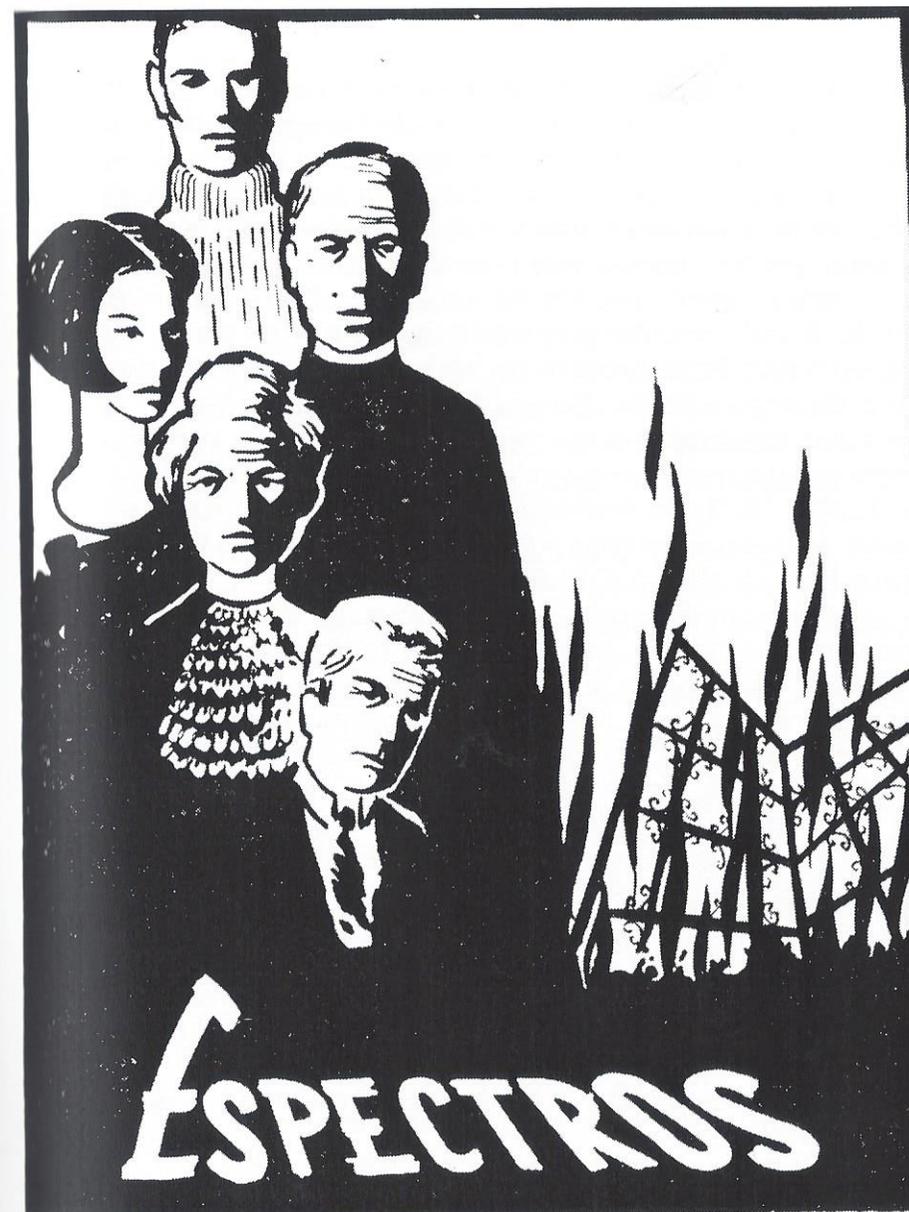
"Baseado no sucesso dessa peça, pensou-se em continuar, apresentando, porém, um trabalho mais elaborado. A peça escolhida foi 'Espectros' de Henrik Ibsen, autor que em teatro é difícil de ser trabalhado e difícil de ser representado. Por isso mesmo escolheram um texto que envolvia um número de atores bem menor e, selecionando a faixa etária, conseguiram um nível semiprofissional.

José Carlos Cintra desempenhava um dos papéis e junto a dois alunos do IESA, Jesus Roberto Ceribelli e Maria Teresa Silva, 'importaram' dois novos elementos: o professor Marcelino José do Carmo, do Ginásio Vocacional Cândido Portinari, e a ex-aluna Fanderley Fabbri, de Brodowski.

'Espectros' levou-nos ao primeiro prêmio do 3º Festival do Teatro Amador do Estado de São Paulo em 1965."

Além do prêmio Governador do Estado, de 1965, conquistou ainda o TABA os seguintes prêmios: melhor diretor (Gilberto Ribeiro Alves), melhor cenógrafo (Gilberto Ribeiro Alves), melhor ator (Jesus Roberto Ceribelli) e melhor atriz (Fanderley Fabbri). (Comércio da Franca, 1965, p. 04).

Pela Lei 636 de 25/01/65, a Câmara Municipal autorizou a Prefeitura a receber da Comissão Estadual de Teatro uma verba de cinco milhões de cruzeiros, destinados ao início das obras do Teatro Municipal de Batatais (A.C.M.B.), uma vez que os recursos pecuniários viriam do Governo do Estado de



Cartaz da peça Espectros

São Paulo. A elaboração dos projetos abrangendo cálculos de estruturas, sistema de eletricidade e outros, inclusive a construção propriamente dita, seriam, como foram, responsabilidade

da Prefeitura Municipal de Batatais, sendo que foi criada uma comissão para nortear os trabalhos.

Pela Lei nº 680 de 09 de dezembro de 1965, a Prefeitura adquiriu, por doação do casal Fernando Bologna e Elvira Console Bologna, uma área de 3.111 m² com frente para a Av. Central (depois XIV de Março), Av. Dr. Chiquinho Arantes e com a projetada rua Dr. Júlio Mesquita (A.C.M.B.). A área doada fazia parte de uma grande chácara que o casal possuía no local.

Um primeiro projeto de autoria do Dr. Ubirajara Giglioli não foi levado avante, pois verificou-se que se tornaria muito dispendioso. Esse projeto foi reformulado através do escritório do arquiteto Dr. Durval Soave. Foram feitas as fundações e o estaqueamento do terreno, o que se tornou muito oneroso, porque o terreno era pantanoso. (Of. nº 174/67, de 12/05/1967, da Prefeitura Municipal de Batatais, em resposta ao Requerimento nº 19/67, de 19/04/1967, da Câmara Municipal - A.C.M.B.)

Por depoimentos, sabemos que as paredes do prédio estavam levantadas, quando a obra foi interrompida, em fins de 1968. Os dois prefeitos municipais que sucederam ao Dr. José Olympio Freiria (1964-1968) tiveram outras prioridades nos seus governos, e a construção do teatro somente foi finalizada em 1979, no governo do Dr. Antônio Claret Dal Picolo.

O Prof. José Carlos Cintra, que havia se casado em 1957 com a Prof^a Maria Elisa Cardoso Gomes Cintra de Souza, também professora do IESA, removeu-se com sua família no ano de 1970 para São Paulo, tendo falecido em 25 de abril de 1991. Infelizmente, não viu a inauguração do Teatro Municipal, que se deu a 15 de dezembro de 1979, com uma apresentação da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, sob a regência do maestro Eleazar de Carvalho.

Com casa lotada, o Programa apresentado naquela ocasião foi o seguinte:

BEETHOVEN	CONSAGRAÇÃO DA CASA (ouverture opus 124 em Dó Maior)
BEETHOVEN	V SINFONIA – primeiro e quarto movimentos
CARLOS GOMES	O GUARANI – Protofonia
NEPOMUCENO	BATUQUE
WAGNER	MÚSICA DO FUNERAL DE SIEGFRIED
WAGNER	MESTRES CANTORES

4 - O idealismo e o gênio artístico de Fausto Bellini Degani

Em 1999, quando se comemorou o vigésimo aniversário daquela casa de espetáculos, foi realizada uma solenidade pelo Departamento Municipal de Cultura, ocasião em que foi colocada no Teatro uma placa alusiva ao trabalho do TABA nos Concur-
sos de Teatro Amador (1963-1965), salientando o empenho dos professores José Carlos Cintra e Gilberto Ribeiro Alves para a conquista desse Teatro para Batatais. Com muita satisfação, pudemos contar com a presença deste último.

Pelo Grupo de Teatro Amador de Batatais-TABA, então revivido, foi apresentada a comédia de Martins Pena "Quem casa, quer casa". Depois do espetáculo foi exaltada ainda a memória do artista batataense Fausto Bellini Degani, que empresta seu nome àquele Teatro.

Sua família, então presente em justa homenagem, recebeu das mãos da senhora Secretária de Educação e Cultura um quadro retratando o homenageado, pintado pela artística plástica batataense Luciana Barbirato João Fortini.

Cabe aqui, dentro dos padrões de máxima justiça, discorrer sobre a obra de Fausto Bellini Degani, sobre o qual, aliás, já foram feitas referências (Cardoso, 2001, p. 36), uma vez que este artista, nascido em Batatais em 1911, pertencia àquele grupo de jovens chamados jocosamente por eles próprios de "pega-orelha", uma vez que tocavam de ouvido. As técnicas musicais eram aprendidas lentamente com a colaboração de seus amigos, com os quais formavam pequenos conjuntos musicais que tocavam nas casas de família, nos bailes e nas serenatas, tão comuns naquela época. Baseada em depoimentos de seus familiares, pudemos conhecer a sua história. Ei-la:

"Fausto, como grande parte de seus companheiros, era filho de imigrantes italianos. Seu pai, Ernesto Degani, veio para o Brasil com nove anos de idade, acompanhado de seu pai e de seus dois irmãos. A mãe de Fausto, Eni Bellini, veio para o Brasil aos dezoito anos. Ambos haviam nascido no distrito italiano de Altavilla e casaram-se no Brasil, onde tiveram sete filhos, sendo Fausto, o quarto.

Ernesto tinha orgulho de dizer que não tinha vindo no programa de imigração estimulado pelo governo, mas com recursos próprios. Ele e seus irmãos eram pedreiros, a mesma profissão que Fausto adotaria. Quando se fez jovem, Fausto foi para outras cidades, dentro do Estado de São Paulo, sempre trabalhando como pedreiro e sempre tocando violão. Em Barretos, conheceu a jovem Dylmare, com a qual veio a casar-se em 1939.

Viveram uma vida estável somente no início. Quatro anos após seu casamento, foram viver uma aventura, levados que foram pela paixão artística de Fausto, que se engajou com a Companhia Teatral de Landa Lopes, que conheceram em Barretos.

Pintando e montando cenários, maquiando os artistas, ensaiando e representando nas peças, Fausto trabalhava muito, apresentando-se com a Companhia nos pequenos teatros que havia no sul de Minas. Dylmare atuava também como artista nas peças, e sua filhinha Gilka, juntamente com Landinha - filha de Juanito, dono da Companhia -, nos entreatos, apresentavam deliciosos números de sapateado. Muito trabalho, mas... pouco dinheiro. Para uma família que tinha uma criança de três anos, outra de seis meses e mais uma a caminho, era verdadeiramente um sacrifício...

O idealismo e o gênio artístico de Fausto impulsionavam-no para frente. Queria atingir Belo Horizonte com a Companhia. Dylmare, porém, sentindo com os filhos as agruras daquela vida, pediu-lhe que voltassem, pois o empreendimento já havia demonstrado seu insucesso. Fausto atendeu a esposa. Trabalhando como pedreiro, foram ganhando o caminho de volta, até chegarem novamente a Barretos.

Uma vez lá, Fausto retomou sua vida artística, participando de vários teatros. Formando conjuntos musicais, apresentava-se na Rádio

PRJ8, onde revelava artistas. Todo aquele que ele achava que tinha um jeito artístico ele colocava para cantar, e se a pessoa fosse afinada, já era artista dele... Fausto chegou a tirar cantor da Cadeia - que havia sido preso por bebedeira - para apresentar-se no palco.

Em 1946, vindo para Batatais, continuou no seu ritmo de vida, passando a fazer festivais nos colégios, como no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, Colégio São José e depois no Ginásio Vocacional Cândido Portinari. Ia muitas vezes ao Instituto Agrícola de Menores e ao Lar da Infância, onde organizava festas para a criançada. No IESA, ajudou alguns professores em apresentações teatrais, como o professor Manoel Lázaro e Mr. Melo. Foi memorável a apresentação do espetáculo chamado "E o mundo se diverte...", onde os alunos representavam os diversos países do mundo. Dançando, iam entrando um após outro. A diversão ficou por conta de hilariantes esquetes, muita dança e muita música, inclusive com o grupo de percussão de Fausto e a apresentação de seus quatro filhos, Faustinho, Gilda, Gilka e Gilberto (este aluno do IESA).

Fausto era um amante do folclore. Participou de algumas Feiras de Ciências, apresentando trabalhos que executava com ramos e raízes de árvores secos que encontrava em seus passeios pelos campos e aos quais dava, cortando, lixando e envernizando, formatos dos mais diversos animais. Dentro do caráter folclórico, escreveu músicas como: "Lobisomem", "Carro-de-boi", "O saci", "Reminiscências", "Homenagem ao Rio", entre outras. A irmã Maria José Clímaco Ferreira, do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Batatais, redigiu um livro com partituras musicais chamado "Juventude Canta", no qual incluiu estas músicas. Fausto chegou a tentar o mercado fonográfico, sem sucesso, porém."

Trabalhou desde o início na Rádio Difusora de Batatais e foi um dos fundadores da Sociedade Pró-Arte, atividades essas sobre as quais iremos discorrer em próximo trabalho, quando trataremos dessas duas instituições.

Ainda segundo depoimentos: "Fausto tinha um belo porte. Uma bela presença. Alegre, gostava de brincar, de fazer trocadilhos. Tinha solução rápida para todos os problemas. Procurava ajudar pessoas menos favorecidas no campo que lhe era peculiar, pois, além das atividades artísticas, dedicou-se sempre ao ramo da construção, inicialmente como pedreiro e depois como mestre-de-obras.

Foi sócio-honorário do Rotary Clube de Batatais, título este dado àqueles que prestam relevantes serviços à comunidade. O Lions Clube de Batatais prestou-lhe uma homenagem por ocasião de sua morte, em 13 de julho de 1969. No seu túmulo, mandou colocar uma placa enaltecendo seu trabalho.

CARDOSO, Clotilde de Santa Clara Medina. The Municipal Theatre of Batatais: the past and the present. AMICUS, Batatais-SP. Ano 2, nº 4 - p. 133-144

ABSTRACT: Thanks to the efforts and participation of several people - teachers, students, benefactors and public authorities -, Batatais has a magnificent theatre named after the great artist Fausto Bellini Degani.

KEYWORDS: IESA, theatre plays, festivals, projects and construction.

REFERÊNCIAS

a) Documentos:

Atos da Câmara Municipal de Batatais (A.C.M.B.)

b) Jornais:

A Gazeta de Batataes, 29/12/1918

Comércio da Franca, 02/11/1965

c) Outras fontes:

CARDOSO, Clotilde de Santa Clara Medina(Org.). *IESA DE OURO (1948-1998)*, Batatais-SP, s.c.p., 1999.

_____ "A música em Batatais nos velhos tempos: a música na Igreja - a música popular". AMICUS, Batatais-SP, ano II, nº 3, maio de 2001.

TOPÔNIMO BATATAIS UMA BUSCA A SUAS ORIGENS PERDIDAS*

Walter CARDOSO**.

"Não ignoro que minha obra apresenta uma certa austeridade por causa da uniformidade de sua composição, e que ela agrade somente ao gosto de uma classe de leitores, cuja aprovação ela conquistará (...) Sendo o meu objetivo não tanto entreter os leitores quanto beneficiar os espíritos afeitos à reflexão (...), dediquei-me a escrever este gênero de História..."
Políbios (aprox. 208-125 a.C.)

RESUMO: Apresentam-se as versões tradicionalmente aceitas para explicar as origens do topônimo Batatais, discute-se a inconsistência dessas versões e levanta-se nova hipótese para as causas da origem desse topônimo.

UNITERMOS: Batatais, caiapó, expedições, mineração, sesmarias.

1. Introdução

Em texto descritivo básico dos municípios brasileiros (Ferreira, 1958, vol. XXVIII, p. 129), registra-se que:

"A origem do nome Batatais crê-se que seja oriunda das extensas plantações de batatas, feitas pelos índios e descobertas, em gostosa surpresa, pelos primeiros habitantes.

Crê-se também que a origem seja tupi EMBOITATA (ou Boltatá) – cobra de fogo, que na crença dos índios, era o gênio que protegia os campos contra os incêndios."

*Trabalho revisto e ampliado de outro, inicialmente publicado sob o título "Considerações acerca do topônimo Batatais", in *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Ano XXIX, nº 168, Julho-Setembro 1997, pp 237-244.

**Doutor em História Social, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo.

Não se pode dizer que tais crenças sejam totalmente des-
tituídas de fundamento. Entretanto, trata-se de questão sobre a
qual os documentos já revelados sugerem reflexões em outros
sentidos. Mesmo porque, os informes topográficos relativos às
trajetórias dos bandeirantes são pouco esclarecedores, "escas-
sos, senão quase sempre nulos" (Taunay, 1924-1950, v. 5, p.
229). Há também a agravante daqueles topônimos lendários como
Sabarabussu, Vapabussu, Casa da Casca e outros tantos que
sugerem miragens inatingíveis, sonhadas e procuradas pelos
sertanistas, cujos roteiros ainda hoje suscitam as mais variadas
controvérsias. Alguns nomes repetem-se em lugares diferentes,
o que dificulta suas localizações. Por outro lado, para alguns
nomes indígenas, já se deram diferentes explicações, o que cer-
tamente os torna ainda inexplicáveis.

Tais considerações permitem que se elabore nova hipóte-
se acerca da origem do nome Batatais. É o que se faz, neste
texto.

2. A precariedade cartográfica, a repetição de topônimos e as incertezas dos roteiros

Registros cartográficos feitos ao tempo das bandeiras
paulistas seiscentistas e de inícios do século seguinte, com refe-
rências aos diversos topônimos, certamente constituiriam docu-
mentos da maior importância para, com maior precisão, se sa-
ber por onde tais expedições passaram. Por outro lado, era de
se esperar que os roteiros que então se descreveram, viessem a
se constituir em fontes aceitas sem grandes questionamentos.
Infelizmente, esse instrumental não satisfaz ao pesquisador, o
que se explica:

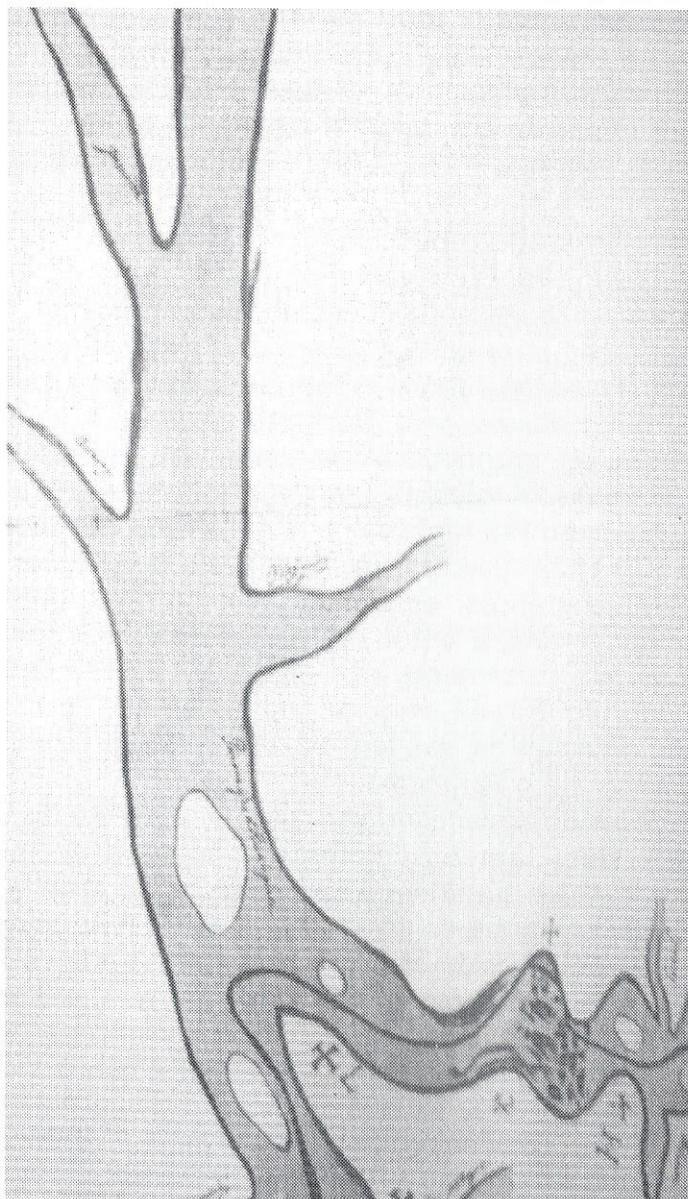
2.1. A precariedade cartográfica

É questão pacífica que a cartografia portuguesa dos sécu-
los XVI e XVII era das mais desenvolvidas, o que se compreende,
pois a glória das grandes descobertas e navegações coube à
gente lusitana. Dentre os cartógrafos que então assinaram im-
portantes planisférios, figuram os nomes de Lopo Homem, Fernão
Vaz Dourado, João Teixeira Albernaz, etc. Em todos, há grande
exatidão em referências às latitudes das costas brasileiras, mas

não se fazem registros de alguma precisão, relativos ao interior,
às nascentes de rios, bacias hidrográficas, topografia, etc. Por-
tanto, eram mapas elaborados segundo informações prestadas
por navegadores, os quais, sobre o interior da terra, conheciam
apenas lendas relativas a um certo Eldorado, de localização im-
precisa.

O primeiro mapa conhecido, que trata das terras situadas
além da Vila de São Paulo, deve-se a Dom Luís de Cépedes
Xeria, que, em 1628, passou por essa localidade, quando rumava
ao Paraguai, onde ia assumir o cargo de Capitão-General. Pelo
seu relato e mapa do roteiro então cumprido, verifica-se que
esse governador desceu pelo Tietê até alcançar o Paraná, rio
esse navegado até encontrar aldeamentos sob os cuidados dos
jesuítas espanhóis. A cópia desse mapa que se conhece é de
autoria de Santiago Montero Diaz e foi publicada por Taunay, na
Collectanea..., 1922. Embora não obedeça a proporções nem a
coordenadas geográficas, esse mapa é importante porque, ao
registrar o rio Paraná, o autor registra seu afluente Paranaíba,
rio pelo qual ele certamente não passou, mas a referência a
esse formador do Paraná constitui indício de que, por aqueles
tempos, os paulistas já sabiam explorar boa parte de Goiás,
subindo o Paraná e o Paranaíba. (Vide Mapa I).

Céspedes de Xeria legou-nos, pois, importante documento
cartográfico que, lamentavelmente, não teve de imediato
continuadores. Estes surgiriam somente no século seguinte. Com
efeito, a partir de inícios do século XVIII, tornara-se por demais
evidente a necessidade da elaboração de mapas do Brasil, onde
as diversas longitudes fossem registradas, com a maior precisão
possível. Por certo, os portugueses tinham consciência de que a
Colônia do Sacramento, por eles estabelecida à margem esquer-
da do estuário do Prata, situava-se além da linha determinada
pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Acrescentem-se ainda as in-
cursões que se faziam na Amazônia e penetrações no interior,
estas, sobretudo, em busca de minas e assim compreender-se-á
quão urgente se tornava a elaboração de um novo tratado de
fronteiras, o que veio a se fazer posteriormente em Madrid (1750).
Urgia, pois, que se elaborassem tais cartas, a fim de que se de-
fendessem os interesses portugueses na América.



Mapa I - Detalhe do mapa relativo à viagem de D. Luís de Céspedes Xeria. O curso de água a Leste, apresentado mais ou menos horizontalmente, é o atual Rio Tietê. O curso de água apresentado verticalmente é o atual Rio Paraná, aparecendo, como seu afluente da margem direita, ao Norte, o Rio Paranaíba. (Cópia do mapa existente no Setor de Mapoteca, Seção de Obras Raras e Especiais, da Biblioteca Mário de Andrade. São Paulo).

2.2. A repetição dos topônimos

Além da falta de mapas, a questão da determinação de roteiros cumpridos pelos sertanistas encontra sérias barreiras nas repetições de topônimos. Embora as designações dadas pelos autóctones ou pelos adventícios fossem adequadas, as repetições das mesmas exigem do pesquisador o maior cuidado. Assim, à primeira vista, Vacaria lembra localidade do Rio Grande do Sul atual, mas existiu também Vacaria em Camapuã, Mato Grosso; conhecem-se diversos sítios com o nome de Araraquara; Paracatu, admitido por Derby apenas na toponímia de Minas Gerais, (1903, v. 8, p. 401), aparece também no Rio de Janeiro, Sergipe e Bahia (Taunay, 1924-1950, v. 6, p. 340). Quanto aos rios - de maior interesse para este texto -, conhecem-se alguns com o nome de Pardo e ao menos três figuram como Sapucaí.

Sabe-se que "Rio Grande" foi nome dado a diversos rios, sobretudo ao Paraná. Assim, para Pedro Taques, "seguindo a navegação do Tietê até dar no Rio Grande, e por ele abaixo, até tomar a barra de outro rio, que vai acabar em terras do estreito do bárbaro gentio Cavaleiro, e daí fazer trânsito até a cidade do Paraguai" (Leme, b, s.d. v. 1, p. 194). Igualmente, conhecem-se correspondências do governador Rodrigo Cesar de Menezes, relativas ao caminho do rio Grande. Em uma delas, do ano de 1722, ele informava que criara um registro no rio Grande, no caminho de Cuiabá, para melhor controle dos descaminhos dos quintos reais (Doc. Int. 1901., v. 32, p. 25-6); em outra, do ano de 1728 (Doc. Int., 1896, v. 20. p. 71/2), fica claro o empenho em não se abrir mais um caminho, certamente para se evitar contrabando; em outras do ano de 1724 (Doc. Int. 1896, v. 2, p. 110/3), fica registrado o empenho em se verificar a possibilidade de se "introduzirem gados até o rio Grande", visando-se assim a "facilitar o caminho do povoado".

Como em Portugal poucos estariam aptos a trabalhos cartográficos fundamentados em astronomia matemática - então imprescindível para a determinação de longitudes -, houve necessidade de se contratarem (1722) os padres jesuítas italianos Domingos Capaci (1694-1736?) e João Batista Carboni (1694-1750). Enquanto este permanecia no Reino, Capaci vinha para o Brasil, em companhia de seu companheiro de sotaina, Pe. Diogo Soares (1684-1748), português. Cumpria-se o alvará de 18 de novembro de 1728, para que se passassem ao Brasil,

onde deveriam elaborar mapas, não apenas das costas, mas também do interior da Colônia. Para tanto, por regimento de 30 de outubro de 1733, mandava-se que aos "padres matemáticos" fossem prestadas todas as informações disponíveis, acerca de roteiros e caminhos dos sertões.

Redigiram-se, assim, diversos textos, dentre os quais "Notícia que dá ao P.M. Diogo Soares, o Alferes João Peixoto da Silva Braga do que passou da primeira bandeira que entrou ao descobrimento das minas de Guayazes até sair na cidade de Belém do Pará", datado de 1734 (Braga, 1908, v. 69, Parte 1ª, p. 219-33). Conforme se depreende do título do texto, Silva Braga participou da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o Moço, descobridor das minas dos Goíases. Como se trata de um depoimento oficial, prestado por um sertanista, parece razoável que nele se fundamente boa parcela da argumentação aqui apresentada.

Por outro lado, considere-se também a reconstituição desse roteiro, elaborado pelo Major Henrique da Silva, profundo conhecedor da região das minas goianas, pois fora ele membro da Comissão Cruls (1892-1893), encarregada da demarcação do futuro Distrito Federal (Varnhagen, 1981, v. 4, p. 122-4), projeto que posteriormente redundou na criação da atual Brasília.

Não se cometa o equívoco de admitir que esse empenho do governador em abrir caminhos para o rio Grande objetivasse melhor ligação de São Paulo com a área das minas de Goiás. Sobre estas somente se vai ter conhecimento posteriormente, em 21 de outubro de 1725, quando o 2º Anhangüera chegou a São Paulo, com a notícia de suas descobertas. O que até então se pretendia não era ligação com áreas economicamente indefinidas, como Goiás, mas tão somente facilitar o tráfego com Cuiabá, onde já se descobrira ouro, portanto realidade econômica à mercê da cupidez metropolitana. Nenhuma relação, portanto, com caminhos que passassem por Batatais.

Aliás, A. de Toledo Piza, nas notas das *Chronicas de Cuiabá*, redigidas inicialmente por José Barbosa de Sá e depois retomadas por Joaquim da Costa Siqueira, lembra que o atual rio Paraná, "muito navegado pelos paulistas rumo a Cuiabá" (Siqueira, 1898/99, v. 4, p. 35), era chamado de rio Grande. Com efeito, em um dos "Relatos Sertanistas" redigido possivelmente na segunda metade do século XVIII, o autor esclarece que "nessa nossa América há muitos rios do mesmo nome". Assim, por exemplo,

ao Paranã dos castelhanos do Paraguai, "chamamos o rio Grande, por ter margens altas (...) Também se chama rio Grande outro rio que corre nos currais de Curitiba." Havia ainda outros rios com esse nome, como o Rio Grande de São Pedro, "outro junto ao Porto Seguro, e outro adiante da Paraíba do Norte." (Taunay, 1976, p. 205).

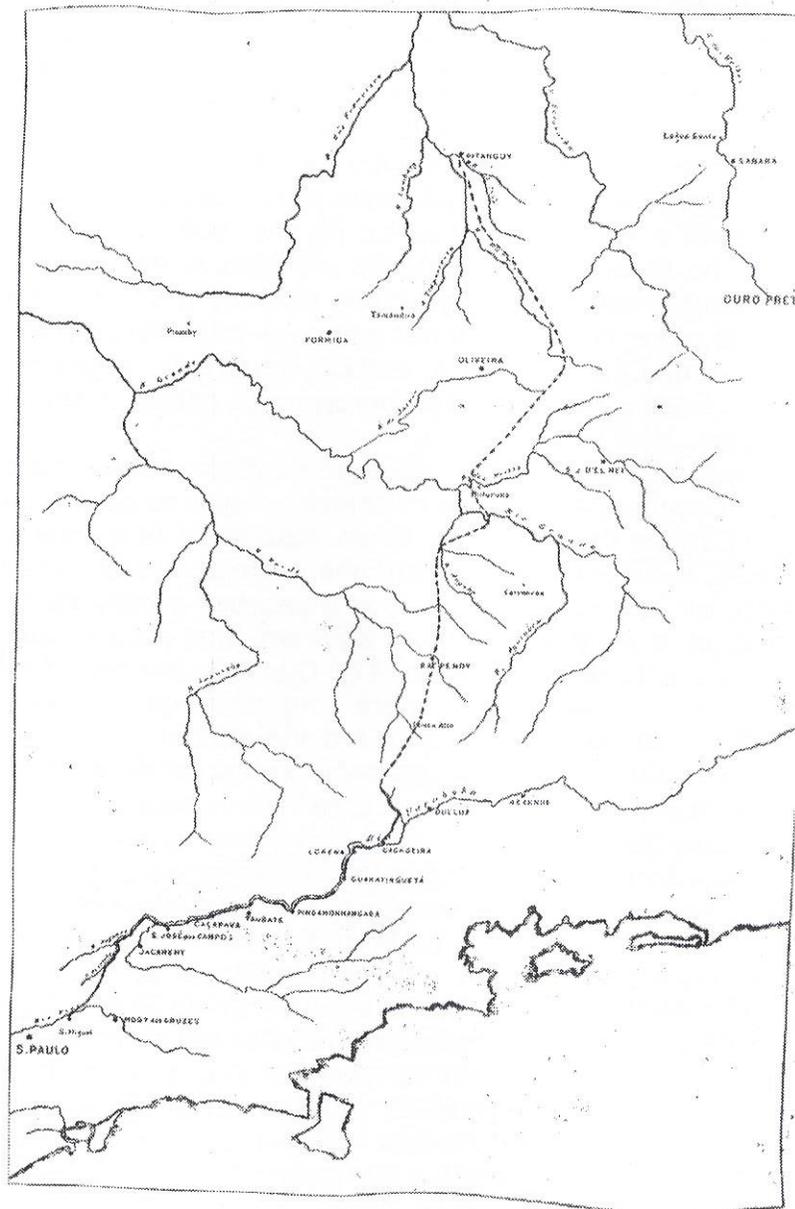
Os rios Paraná e Grande eram, ainda em 1774-1775, confundidos. É o que se depreende do diário do Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, relatando sua viagem da cidade de São Paulo a Iguatemi: "saímos da barra do rio Tietê a navegar as águas do Paraná, que também chamam rio Grande." (Faria, 1876 v. 39, p. 253).

Mesmo o aparentemente inconfundível rio Tietê era, pelo menos em 1668 e 1700, chamado de "rio Grande" (Nóbrega, 1938, p. 37 e 207).

Que se tome, pois, o devido cuidado, sobretudo com as referências aos rios Sapucaí e Grande, quando se examinarem os roteiros das bandeiras que buscaram o lendário Sabarabuçu e quando se estudam os caminhos que, partindo de São Paulo, rumavam para Cuiabá.

2.3. As incertezas dos roteiros

Pretender reconstituir os trajetos da grande maioria das jornadas sertanistas é adentrar as areias movediças do terreno conjectural. Isso ocorre porque são extremamente escassos, "senão quase sempre nulos" (Taunay, 1924-1950, v. 5, p. p. 229-30) referenciais de ordem topográfica. Dentre os exemplos de impossibilidade de se fazerem afirmações irretorquíveis acerca dessa questão, tome-se a famosa jornada esmeraldina de Fernão Dias Paes, a principal expedição inteiramente oficial que se fez no século XVII. Apesar de ter sido acompanhada pelo governo com o maior cuidado, parece ainda estar por se fazer uma reconstituição satisfatória das marchas e contra-marchas efetuadas por essa bandeira, bem como há controvérsias em torno do caminho seguido por D. Rodrigo de Castel Blanco, de imediato enviado ao local das supostas descobertas dessa bandeira. Para alguns – inclusive Taunay e Myriam Ellis (1971, v. 69, p. 131) –, a bandeira de Fernão Dias teria rumado de Bragança para a Mantiqueira, atravessando-a; para outros – inclusive Diogo de Vasconcelos (1974, v. 1, p. 79) e Waldemar de Almeida Barbosa (Lage, 1974,



RECONSTITUIÇÃO DO ITINERÁRIO DE GLIMMER

Mapa III - Reconstituição do itinerário de Glimmer, conforme artigo de Orville A. Derby, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1898-99. v. 4.

Já se chegou a admitir que as expedições de André Leão, Nicolau Barreto, Francisco de Proença e Diogo Gonçalves Laço passaram por Batatais. Para que melhor se possam compreender seus roteiros, deve-se atentar à política de desbravamentos, então estimulada e mesmo posta em prática pelos representantes do governo metropolitano. Dentre estes, D. Francisco de Sousa, que no Governo Geral do Brasil (1591-1602) muito contribuiu para que se fizessem explorações pelo interior. Já no ano seguinte a sua posse, apoiava ele a entrada de Gabriel Soares de Sousa, que, partindo de Salvador, atingiu as cabeceiras do rio Paraguassu.

A D. Francisco de Sousa não escapou também a possibilidade de aproveitamento do potencial do bandeirismo paulista, orientando-o sobretudo no sentido da lendária serra resplandecente de Sabarabuçu, que se supunha situada nas nascentes do São Francisco ou em um de seus afluentes. É com esse objetivo que, em 1601, partiu da Vila de São Paulo a bandeira de André Leão, de cujo roteiro conhece-se descrição feita pelo flamengo Wilhelm Joster Glimmer, que dela participou. Fundamentado nesse relato, Orville A. Derby redigiu interessante artigo (1898-99, v. 4, p. 329-50), acompanhado de mapa esclarecedor (Mapa III), onde fica registrado que essa bandeira desceu o Paraíba até a altura de Cachoeira, transpôs a Mantiqueira e rumou para o Norte, em terras do hoje Estado de Minas Gerais, tendo chegado aos montes "Saboroassou", que, para Derby, seria a serra de Pitangui. Por essa reconstituição, verifica-se que a bandeira atravessou o rio Grande, nas imediações de Ibitiruna, portanto, área completamente fora da Capitania de São Paulo e conseqüentemente de Batatais.

Segue-se a bandeira de Nicolau Barreto, de 1602, também enviada ao sertão por ordem de D. Francisco de Souza. Essa expedição teria tomado o rumo do atual Estado do Paraná (Taunay, 1924-1950, v. 1, p. 187). Mas há também referência a numerosa bandeira que, nesse mesmo ano e sob o comando de Nicolau Barreto, tomou a direção de Mogi das Cruzes, seguindo a trilha de André Leão, tendo chegado até um "sertão de Paracatu", topônimo esse que, conforme já se registrou neste texto, não significa necessariamente localidade situada na região das minas. É bem verdade que Derby chegou a confundir a bandeira de André Leão com a de Nicolau Barreto (1903, v. 8, p. 399-403), questão essa sobejamente esclarecida por Alfredo Ellis

Júnior e Taunay (1924-1949), v. I, p. 339-42). De qualquer maneira, a documentação até agora disponível não alimenta qualquer hipótese acerca de passagem dessas bandeiras por Batatais.

Diogo Gonçalves Laço é outro bandeirante que, vindo da Bahia com o cargo de "Capitão das minas de ouro, prata e outros metais que são descobertos" (Leme, 1980, p. 33), trazia instruções de D. Francisco de Souza para fazer descobertas, certamente em busca da lendária serra de Sabarabuçu, mola propulsora dos sonhos e esperanças do governador. Segundo Diogo de Vasconcelos, Diogo Gonçalves Laço e Francisco Proença "vieram alcançar o leito do Sapucaí, por onde subiram, penetraram o rio Grande e voltaram pelo Embu" (1974, v. 1, p. 66). Dessa colocação do autor à possibilidade dos referidos sertanistas terem passado por Batatais poderia parecer um passo curto. Todavia, ao comentar as colocações de Vasconcelos, relativas às bandeiras que teriam passado pelo Norte de São Paulo, Taunay registra que "tudo é puro devaneio", que não se conhecem documentos que possam levar a tais afirmativas (1924-1950, v. 6, p. 143-4). Mesmo porque, repita-se, essas expedições buscavam Sabarabuçu, que se acreditou finalmente encontrada, quando se descobriram as minas da localidade que veio a se chamar Sabará.

É até possível que, antes de Bartolomeu Bueno, o Moço, alguma bandeira tivesse passado por Batatais. Porém, faltam documentos que encorajem tal hipótese. A primeira expedição a cruzar a região – razoavelmente documentada –, é a do 2º Anhangüera, registrada em depoimentos do Alferes José Peixoto da Silva Braga, questão que será tratada neste texto, mais adiante.

3. A inconsistência de alguns documentos

Conhecem-se, desde algum tempo, diversos documentos onde se fazem referências à palavra Batatais, o que poderia levar o pesquisador, ao menos à primeira vista, a associá-la à cidade que tem esse nome. Todavia, um exame mais acurado mostrará os riscos de erros de interpretações prematuras. Dentre tais documentos, façam-se aqui referências ao menos a algum deles:

3.1. A sesmaria doada aos beneditinos em 1668, "no caminho que vai para o sertão dos Lanceiros e Batataes..."

Trata-se de um documento já conhecido, ao menos desde o ano de 1933, quando foi publicado na íntegra pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Nele consta o registro de uma carta de sesmaria, passada pelo Governador Geral do Brasil aos beneditinos do convento de Jundiaí. Segundo essa carta (Documentos Históricos, 1933, v. XXXIII, p. 254-7), doavam-se "três Campos Realengos que estão quinze léguas, pouco ou mais ou menos desta vila pelo caminho que vai para o sertão dos Lanceiros e Batataes..."

De imediato, verifica-se que essa doação não poderia ser feita pelo Governador Geral, pois a área da referida sesmaria não estava em "Campos Realengos", isto é, em terras de propriedade do rei, mas, sim, na Capitania de São Vicente. Então, somente ao donatário da Capitania ou seu representante legal competia a doação de sesmarias. É o que se depreende de forma inquestionável, de "Doação e foral das cem léguas de terra concedida a Martim Afonso de Souza", como se sabe, donatário da Capitania de São Vicente. Nesse documento fica estabelecido que os donatários "poderão dar e repartir todas as ditas terras de sesmaria a qualquer pessoa de qualquer qualidade e condição que sejam..." (Leme, s.d. (a) p. 160).

Poder-se-ia pensar que, uma vez criado o Governo Geral, ficava sendo de competência deste a doação de sesmarias, o que não aconteceu. Sabe-se que Tomé de Sousa, primeiro Governador-Geral, instalou-se na Bahia de Todos os Santos, em uma capitania que se achava abandonada, portanto, não se estava retirando direito de donatário. No "Regimento que levou Tomé de Sousa, 1º Governador Geral do Brasil" (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1950, 2º v., p. 49-53), fica bem clara a recomendação de D. João III para que se estimulasse o povoamento da Bahia. "Até onde chegarem as terras da dita Capitania", isto é, seriam respeitados os direitos dos donatários que efetivamente tivessem criado estabelecimentos permanentes no Brasil. Na questão específica das sesmarias, ordenara El-Rei a Tomé de Sousa para que este desse "de sesmaria as terras que estiverem dentro do dito termo", isto é, terras somente do

local onde o governo se instalava. Prosseguindo, ordenava-se ainda que o governador buscasse informações sobre as terras e águas que se achavam fora do termo e situadas até o rio São Francisco, "por onde parte com a Capitania de Duarte Coelho", vale dizer, respeitem-se os direitos do donatário.

Acrescente-se, ainda, que no "Regimento que levou para o Brasil o Provedor Mor Antonio Cardoso de Barros" (Inst. H.G.B., 1950, 2º v. p. 69 e segs.), vindo para o Brasil na esquadra de Tomé de Sousa, fica bem claro que competia a Cardoso de Barros organizar os negócios da fazenda, inclusive naquilo que dissesse respeito às apelações e agravos relativos às sesmarias. Mas, quanto às doações de sesmarias, nada registraram essas instruções.

Portanto, o Governador Geral não podia fazer doações de terras não pertencentes à Coroa. É bem verdade que, desde 1624, a Condessa de Vimieiro, donatária da Capitania de São Vicente, perdera seus direitos para o Conde de Monsanto, cujos herdeiros permaneceram com a posse da capitania até 1709, quando esta lhes foi comprada pela Coroa, originando-se assim, pouco depois, a Capitania Geral de São Paulo e Minas do Ouro. Mas, de qualquer forma, em 1668, quando ocorreu a doação da sesmaria aos beneditinos, o donatário de São Vicente era o Marquês de Cascaes e, portanto, somente ele ou seu loco-tenente João Correia de Faria (Almeida, 1917, v. 39, p. 115), poderia fazer tal doação.

Que os beneditinos não tomaram posse dos três campos a eles doados parece questão indiscutível. Sabe-se que o mosteiro da Ordem em São Paulo foi por eles fundado em 1598 e que mais tarde tiveram presidência em Jundiá (Deus, s.d., 240-1). Examinando-se o Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento (Johnson, 1971, p. 8 e segs.), verificam-se diversas doações feitas à Ordem, dentre as quais, sesmarias, sítios, brejos do Anhangabaú e Capela de Nossa Senhora da Luz, localidades situadas na Vila de São Paulo ou em suas adjacências. Encontram-se também doações que se fizeram em áreas bem mais afastadas, como, por exemplo, nos Campos Gerais de Curitiba (Johnson, 1977, p. 161 e segs.). Mas nada consta sobre a sesmaria doada aos beneditinos em 1668, o que se é levado a admitir que a Ordem de São Bento, embora tivesse casa em

Jundiá, nunca tomou posse de tão imensas áreas. É até possível que posteriormente lhes fossem concedidas terras ao Norte de Jundiá, independentemente da doação em discussão.

Aliás, tudo leva a crer que nem as aldeias confiadas às diversas Ordens estavam ao mínimo povoadas. Pelo menos, é o que se depreende de correspondência de 1698, do Governador do Rio de Janeiro, Arthur de Sá e Menezes, na qual informa o abandono em que estava Barueri, a maior das aldeias, onde "somente achei nela dez índios, e mui poucos rapazes e estes, tão mal doutrinados que já sendo adultos não sabiam benzer-se...". Mais adiante, o Governador reafirma que as aldeias da Capitania "estavam todas sem missionários." (Magalhães, 1942, p. 315-6).

Era mais fácil obter terras do que povoá-las...

Certamente, esses três campos doados aos beneditinos não foram os únicos dos quais seus sesmeiros não tomaram posse. Expressões justificando doações, tais como "por estarem devolutas; e porque a incerteza de quem seja o verdadeiro senhor se ignora se tocam ao Donatário ou à Coroa..." aparecem em documentação do século XVII (Magalhães, 1913 e 1942, p. 396-7). No primeiro quartel do século seguinte, verificam-se proclamações ordenando que proprietários de terras e sesmarias apresentassem documentação relativa a tais posses (Doc. Int. 1901, v. 12, 79-80), inclusive a carta de confirmação de sesmaria, passada pelo Conselho Ultramarino (Doc. Int., 1895, v.13, p. 60-1). Em 1726, quando já se conheciam os achados de Bartolomeu Bueno da Silva, o Governador da Capitania de São Paulo determinava que "todas as pessoas que têm terras no caminho dos Goíases, principiando na entrada do mato da vila de Jundiá..." apresentassem os papéis que lhes asseguravam tais posses" (Doc. Int. 1895, v. 13, p. 85).

As causas que não levaram à posse dos três campos doados aos beneditinos podem ser ao menos duas: primeiro, conforme já se registrou, porque o Governador Geral do Brasil não podia dar terras que não pertencessem à Coroa; segundo, porque a área em questão, embora situada entre pontos já conhecidos, como Pirapitingui, Jaguari e Camanducaia, além de Jundiá que, como se sabe, já era vila desde 1665, era por demais extensa, não se podendo mesmo situar seus limites. Camanducaia, mais tarde cidade de Jaguari, em Minas Gerais, teve suas primeiras

casas construídas por bandeirantes procedentes de Atibaia. Esta, desde 1665, aldeia de índios Guarulhos ou guaramimis convertidos ao catolicismo pelo padre bandeirante Mateus Nunes de Siqueira (Taunay, 1924-1950, v. VIII, p. 540). Acrescente-se que D. Rodrigo de Castel Blanco, ao rumar de São Paulo para as áreas mineiras exploradas por Fernão Dias, deve ter passado por Atibaia. Pelo menos, é o que se depreende de recibo passado por esse nobre espanhol, em Atibaia, a 24 de maio de 1681, doze dias após sua saída de São Paulo. Segundo Ellis Júnior, de Atibaia, D. Rodrigo, para sua entrada em Minas, deve ter seguido o curso do Camanducaia (1938, p. 300-1). Quanto a Pirapitingui, sabe-se que seus campos já eram conhecidos pelos paulistas, ao tempo em que se fez a doação aos beneditinos (Taunay, 1924-1950, v. VIII, 538). Se acrescentarmos a expressão "Topis", registrada na doação da sesmaria em questão, verifica-se quão difícil é situá-la em tais áreas. Admitir que "Topis" equivale a "Tapes" é contrariar o muito que já se sabe acerca desse último termo. É incontestável que "Tape" ou "Tapes" é área situada nos vales do Baixo Jacuí, atual Estado do Rio Grande do Sul. Por lá estiveram, entre outras, as bandeiras de Raposo Tavares, em 1636, e Fernão Dias, em 1638-1639 (Taunay 1924-1950, v. 2, 231 e 252). Acrescente-se que, naqueles tempos, "tapes" e "tupis" não tinham o mesmo significado. Pelo menos é o que se depreende de relato feito em 1639, quando os espanhóis, ao darem combate aos bandeirantes, pelas bandas do Ijuí, capturaram quatro índios, "três dos quais naturais do Tape e o quarto tupi" (Taunay, 1924-1950, v. 2, p. 291). Se as duas palavras tivessem o mesmo significado, por que não se relatar a captura de quatro naturais do Tape, ou de quatro tupis?

Assim sendo, tudo o que o documento em exame nos demonstra – de maneira insofismável –, é que já havia, naqueles tempos, um certo lugar chamado Batatais, mas nada se esclarece sobre sua localização, bem como sobre a origem desse nome.

3.2. Uma carta do "arraial dos Batataes"

Trata-se de um documento já publicado em 1929. Carta de um certo Ignácio Vieira a seu pai, informando encontrar-se

no "arraial dos Batataes", guardando barris de pólvora, fardões e mantimentos. Taunay, sempre tão predisposto à análise e discussão de qualquer documento relativo às bandeiras paulistas, mostra-se neste caso prudente e mesmo lacônico, ao admitir que se trata apenas de um papel "curioso" (1924-1950, v. 5, p. 80). Na falta de outros documentos efetivamente comprobatórios, qualquer inferência que se fizer acerca desse "arraial dos Batataes" não passará de mera conjectura.

3.3. Os "batataes do Certão dos Guayazes"

Em uma proclamação feita no ano de 1726, por Rodrigo César de Menezes, Governador da Capitania de São Paulo, ordenava-se que os índios livres deveriam ser enviados para os "Batataes do Certão dos Guayazes, a servirem a Sua Magestade, ou para o Rio Grande de São Pedro e Ilha de Santa Catarina..." (Doc. Int. 1895, v. 13, p. 95-6).

O documento em apreço não faz referência ao sertão dos Batatais, mas, sim, ao sertão dos Goiazes, isto é, a um Batatais que possivelmente ficaria situado além do rio Grande.

Sabe-se que entre Ouro Fino e Ferreiro (no atual Estado de Goiás), existiu o Batatal, de onde os exploradores extraíram grande quantidade de ouro (Taunay, 1950, p. 98). Seria essa a localidade referida pelo Governador da Capitania de São Paulo?

4. As duas versões tradicionais: o nome indígena e plantações de batata

A fim de que se possa formar melhor juízo sobre a credibilidade das duas versões tradicionais acerca da origem do topônimo Batatais, cumpre examiná-las à luz de comprovações históricas.

4.1. A versão "Baitatá"

Já não se duvida que a palavra em epígrafe – bem como suas variantes, mboitata, boi-tatá, etc. – seja de origem Tupi (Cunha, 1983:p.73). Aliás, já na carta redigida em São Vicente, no dia 31 de maio de 1560, o Padre José de Anchieta faz

referências a baé-tatá, nome dado pelos índios ao gênio responsável por um fogo noturno (Leite, 1954, v. III, p.235). Posteriormente, o Padre Bernardes (1644-1710) registra que, segundo relato do Padre José da Costa (1590- 1681), jesuíta - embarcado para o Brasil em 1620, onde permaneceu até a morte -, vagavam pelo novo mundo espíritos como curupira, egpupiará "e outros nas praias do mar e ribeiras dos rios, que chamam baetatá; estes levam diante de si fogo inquieto, que discorre a uma e outra parte" (s.d., Tomo I, p. 478).

Sabe-se hoje que tais relatos dizem respeito ao fogo-fátuo, combustão espontânea de gases que se formam em substâncias orgânicas em decomposição, fenômeno que naturalmente levou os indígenas - tão propensos à elaboração de mitologia influenciada por fortes impressões sensoriais - à crença de tal gênio ou espírito. Resta saber se essa palavra também era empregada pelos antigos habitantes da região de Batatais. Ora, sabe-se que se tratava de território Caiapó e não Tupi, portanto, de língua diferente. Assim, já na notícia do Alferes Silva Braga lê-se que houve dificuldade de entender os índios, "por ser diversa a língua da geral" (Braga, 1908, p. 165 e segs.). Aliás, Caiapó seria o nome dado aos salteadores dos matos e, segundo Capistrano de Abreu, Ubirajara seria o nome Tupi dos Caiapó, "que pertenciam a um grupo lingüístico diferente" (Varnhagen, 1981, v. I, p.27).

Acrescente-se que dentre os mitos Caiapó, exaustivamente estudados por Lukesch - sobretudo aqueles relativos ao fogo -, nada se encontra que ao menos de longe lembre boitatá (1978, p. 165-83). Teriam, pois, os Caiapó usado uma palavra Tupi, para designar território por eles habitado? Dificílimo se acreditar que sim.

Todavia, resta ainda a hipótese de que esse topônimo tupi fosse dado à região por sertanistas paulistas, sobretudo mamelucos, que, como se sabe, falavam fluentemente a língua Tupi. Porém, é necessário fazer distinção entre a língua que se falou no século XVII e aquela do século seguinte. Com efeito, o íntimo contato dos habitantes da capitania de São Vicente com o gentio, bem como a falta de mulheres brancas e uma certa tolerância de costumes, levou à formação do "país dos paulistas", onde a presença ponderável do mameluco, bem como do bugre, contribuiu para a prática corrente da língua do gentio.

Entretanto, uma vez descobertas as minas, ocorreu grande fluxo de reinóis, atraídos naturalmente pela possibilidade de

enriquecimento quase imediato. Compreendem-se, assim, as sucessivas proclamações do Governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, proibindo a ida de forasteiros para as minas de Cuiabá, antes que ele lá chegasse. Na própria bandeira de Anhangüera, dos brancos, quase todos eram portugueses, um baiano e apenas cinco ou seis paulistas. Os adventícios passavam, então, a constituir, quicá, a maioria da população da Capitania.

É bem verdade que, segundo o Governador Paes de Sande, ainda na última década do século XVII, os filhos dos paulistas "primeiro sabem a língua do gentio do que aprendem a materna" (Sande, 1921, v. 39, p. 199). Mas é verdade também que casamentos de brancos com mamelucas - e por certo muito menos com índias - já não eram bem vistos. Pelo menos, é o que ocorreu com o ituano João Pires de Campos, no primeiro quartel do século XVIII, que, por se casar com mameluca, causou "geral luto de sentimentos aos seus parentes", que lamentaram a injúria; ou o caso dos filhos mamelucos de Braz Esteves, que não tiveram direito à herança do pai, pela "nobre qualidade" deste (Leme, s.d., II, 206 e III, 50).

O mameluco vai, pois, perdendo espaço para o branco e, conseqüentemente, a língua geral vai caindo em desuso. Esta ainda continuava a ser empregada, sobretudo nas alcunhas que se davam às pessoas, principalmente por suas anomalias físicas. Tal é o caso do Capitão-Mor Francisco Dias Siqueira, chamado por alcunha Apuçá, o que significa surdo (Leme, s.d., vol. II, p. 76). Aliás, segundo interessantíssima observação de Sérgio Buarque de Holanda, a alcunha tupi "Anhangüera" não pode ter sido dada a Bartolomeu Bueno da Silva pelos índios de Goiás, uma vez que estes não falavam a língua geral (Holanda, 1979: p. 92). O próprio Antônio da Silva Caldeira Pimentel não escapou da pouca simpatia que os paulistas lhe devotavam. Despachado como Governador da Capitania de São Paulo sem caráter de Capitão-General, por certo não podia ele usar trajes militares, com tais insígnias. E como portasse uma casaca comprida, puseram-lhe os paulistas o cognome de "casacuçu". Assim, a chamada língua da terra talvez ainda persistisse em certas camadas do povo, ao passo que ia aumentando a freqüência de alcunhas portuguesas, o que constitui indício de maior uso da língua metropolitana.

Portanto, expressões como Mboitatá ou Boitatá - para se explicar a origem do topônimo Batatais - não resistem a um exame mais rigoroso.

4.2. A versão "batatas"

Para que se possa admitir ser o topônimo Batatais relativo ao plantio de batatas, convém, ao menos, considerar dois aspectos da questão: primeiro, a batata, na dieta dos sertanistas; segundo, o que registram os documentos acerca dos batatais, encontrados pelos bandeirantes.

4.2.1. A batata na dieta dos sertanistas

Sabe-se que, em suas expedições para o sertão, os paulistas fizeram roças, as quais certamente contribuíram para sua alimentação. Compreende-se também que esta tinha de se adaptar às condições do meio, geralmente adversas. Assim, o bandeirante valeu-se da caça e da pesca, do mel de abelhas, dos alimentos de origem vegetal eventualmente encontrados, bem como de suas próprias provisões. Resta saber a importância que a batata teve nesse quadro, quer cultivada pelos próprios bandeirantes, em suas roças pelo sertão, quer encontrada em aldeias indígenas.

Recorrendo-se ao mestre Sérgio Buarque de Holanda (1957, p. 215 e segs), verifica-se que os paulistas desenvolveram "uma civilização do milho", a qual encontrou concorrente apenas na mandioca. Enquanto esta foi cultivada e consumida largamente no litoral, nas terras de serra acima deu-se preferência ao milho. Com este, fizeram-se farinhas, canjica, cuscuz, biscoitos, pipocas, aguardente, etc. Antes do emprego do monjolo – máquina que, embora de construção simples, sempre exigia algum trabalho de carapina – usou-se o pilão e, na falta deste, havia sempre a possibilidade do consumo do milho verde, que podia ser comido assado, em espigas e mesmo pipocas, o que "usavam muito os paulistas". Com o milho verde fazia-se também o curau. Considere-se ainda a importância que o milho teve na dieta paulistana, na qual se usava largamente a farinha de milho, "que nas minas era o verdadeiro pão da terra" (Holanda, 1957, p. 217).

Comparado, pois, a outros gêneros alimentares, o milho ocupou lugar de maior destaque, nas áreas por onde se processou a expansão paulista. Superou mesmo a mandioca, cujas ramas – necessárias para o plantio – dificilmente seriam transportadas às roças avançadas. A farinha de mandioca, conhecida como "farinha de guerra", também foi consumida, sobretudo em expedições sob a responsabilidade das autoridades coloniais. Entretanto, não era

alimento produzido no sertão, mas, sim, requisitado aos núcleos urbanos. Acrescente-se que o consumo do arroz só vai ser generalizado na Capitania de São Paulo, em fins do século XVIII, quando o ciclo das bandeiras já se encerrara.

Nesse quadro alimentar, resta saber a posição ocupada pela batata. Dela, encontram-se pouquíssimas referências, ao passo que muito se registra sobre milho. Pedro Taques informa que, antes de D. Rodrigo de Castel Blanco seguir para o local das descobertas de Fernão Dias Paes, mandara "fazer plantas de milho e feijão no Sertão de Sabarabuçu e do Caeté para passar a ele no tempo da colheita desses frutos..." (Leme, 1980, p. 69). Em fins do século XVII, quando os bandeirantes andavam pela região do Rio das Velhas, em busca da Casa da Casca, o sertanista Bento Fernandes, que participava dessas jornadas, relatou que em Itaverava fez-se uma pequena roça, com o plantio de um alqueire de milho e que, ao lado de alguns legumes, foi o alimento daqueles sertanistas (Taunay, 1924-1950, v. 9, p. 107, 1976, p. 23). Por esse tempo, descobrindo-se ouro no Ribeirão do Carmo, buscou-se extraí-lo com a maior sofreguidão e imprudência, o que era próprio àqueles tempos. Como logo os alimentos passaram a faltar, vendia-se um alqueire de milho por 20 oitavas, o de farinha ou feijão por 32, uma galinha por 12, um cachorro ou gatinho por 32, uma vara de fumo por 5 e um prato pequeno de sal por 8 (Taunay, 1924-1950, v. 9, p. 121). Em 1700, o alqueire de milho chegou a custar quarenta oitavas "e o de feijão a dobrado preço" (Taunay, 1976, p. 37).

Antonil, arguto observador e metucioso narrador, ao descrever sua viagem às Gerais, refere-se às dificuldades alimentares dos primeiros tempos, informando com precisão os "preços das coisas comíveis", no ano de 1703. Faz ele então menção ao custo de espigas de milho, alqueire de farinha de mandioca, bolos de farinha de milho, além de produtos de origem animal, tais como presunto, galinha, carne de vaca, manteiga, queijos, etc. (Andreoni, s.d., p. 267-8). Prosseguindo em seu texto, ao descrever o roteiro do caminho de São Paulo para as Gerais, Antonil vai registrando seus pousos e os alimentos neles encontrados: ultrapassada a Mantiqueira nas imediações de Guaipacaré (Lorena atual), encontram-se "roças de milho, abóboras e feijão, que são as lavouras feitas pelos descobridores das minas (...) e, quando muito, têm algumas batatas..."

Em 1721, Bartolomeu Paes de Abreu foi autorizado pela Câmara de São Paulo a abrir caminho que, partindo das adjacências de Sorocaba, deveria chegar ao sertão de Cuiabá. Uma das primeiras medidas do sertanista foi abrir uma picada, "deixando três feitorias de plantas de milho, feijão e alguns legumes..." (Leme, s.d. v. 1, p. 171).

Sabe-se que, em 1726, Rodrigo Cear de Menezes, então Governador da Capitania de São Paulo, foi para Cuiabá, a fim de dar a devida consistência à administração metropolitana nessa área de mineração. Nessa jornada, o governador foi acompanhado por seus auxiliares e por um contingente militar, além de diversos aventureiros, seduzidos pelo novo Eldorado. A relação dos mantimentos então embarcados em Araritaguaba é conhecida. Nela constam diversos gêneros, tais como feijão, milho, farinha, etc., mas não há qualquer referência à batata (Doc. Int. 1895, v. 13, p. 144-5).

Mencione-se finalmente que Camapuã – situada na rota de Cuiabá – teve, ainda durante a segunda metade do século XVIII, importante papel de centro renovador de provisões às frotas. Sabe-se que aí se faziam abastecimentos de farinha de milho, fubá, feijão, arroz, galinhas e porcos (Holanda, 1990, p. 92).

Pelo exposto acima, pode-se admitir que, embora alguns grupos indígenas tenham cultivado a batata largamente, esta deve ter participado de forma bastante modesta, na dieta dos sertanistas.

4.2.2. Os batatais encontrados pelos bandeirantes

Antes de tudo, é imperioso que se saiba onde se situavam os batatais encontrados pela bandeira do Anhangüera Moço. Sobre essa questão, o único documento que se conhece são as informações prestadas pelo alferes José Peixoto da Silva Braga, participante dessa bandeira. Datadas de 1734, essas informações foram prestadas ao Padre Diogo Soares, que - conforme já se registrou neste texto - veio para o Brasil com a incumbência de fazer cartas geográficas.

Esse documento merece um exame atento. De imediato, verifica-se que na descrição do caminho percorrido, o autor faz referências apenas a Jundiá e Rio Mogi (Braga, 1908, v. 49, p. 219 e segs.). Seguem-se, até o Rio Grande, rios, córregos, capões

e matos, cujos nomes não são mencionados. Não há qualquer referência a Batatais, o que se nos leva a admitir que esse topônimo não era empregado para essa região, aquém Rio Grande.

Transposto o Rio Grande, já se passara mais de um mês de marchas, quando se chegou a Meia Ponte (no atual Estado de Goiás), local hoje facilmente identificável. Pouco adiante, plantou-se algum milho e, na falta de alimentos, a tropa valeu-se de peixes e de um palmito, chamado "jaguaroba". Henrique Silva, profundo conhecedor da região das minas goianas, pois fora membro da Comissão Cruls (1892-1893), encarregada da demarcação do futuro Distrito Federal, situa tais alimentos onde inicialmente foi Mestre d'Armas (mais tarde chamada Planaltina). O mesmo registra esse comissário, acerca da descrição ictiológica feita por Silva Braga, sobretudo relativa a dourados, traíras e piabas, espécies encontradas na região (Varnhagen, 1981, v. 4, p. 122-4). Taunay (1975, v. 2, p. 192-3) concorda com Henrique Silva, reafirmando que se trata daquela área.

Prosseguindo em seu relato, Silva Braga informa que, em confronto da bandeira com os índios, o sertanista Francisco Carvalho de Lordelo foi ferido, parecendo então mesmo morto. Assistido pelos seus companheiros, foi alimentado com "um pouco de angu e com algumas batatas, das que achamos no rancho." Continuando, a "Notícia" registra que os bandeirantes eram o tempo todo molestados pelo gentio, "perseguido-nos os negros, que nos iam conduzir algumas batatas de vinte e cinco batataes, que tinham grandes e excelentes no gosto..." (Braga, 1908, v. 49, p. 224). Há ainda registro do encontro de aldeia de índios Quirixá, onde foram achadas "200 mãos de milho, vinte e cinco batatais, muitas araras e também alguns periquitos, que nos serviram de sustento..." (Braga, 1908, p. 225).

As referências à batata, acima anotadas, são as únicas existentes na "Notícia", de Silva Braga, que, por sua vez, é o único documento dessa expedição, que trata desse alimento. É bem verdade que Urbano de Couto, sertanista que também participou dessa jornada, redigiu texto relativo aos fatos nela acontecidos (Alencastre, 1864, p. 35-7). Porém, nada aí se esclarece sobre eventual encontro a batatas.

Portanto, como os bandeirantes não foram plantadores de batatas e como não se conhecem documentos relativos a batatais abaixo do paralelo do Rio Grande, a suposição de que o topônimo em questão origina-se desse alimento carece de maior consistência. Que se busquem, pois, outras pistas mais convincentes.

5. Os batatais como locais de ouro

Não se pode deixar de considerar que os termos "batatal" ou "batatais" aparecem comumente em documentos setecentistas, referindo-se não a plantações de batatas, mas a locais onde se extraía ouro, ou mesmo como método de extraí-lo. Ao relatar a descoberta de ouro, ocorrida possivelmente no Sutil, adjacências de Cuiabá, feitas por Antônio de Almeida Lara, possivelmente em 1722, Pedro Taques registra que ali, na superfície da terra, "estava toda a grandeza de folhetos não pequenos; de sorte que (...) se extraíram algumas arrobas de ouro, de cujo Batatal (assim se ficou chamando por serem as suas folhetas semelhantes a este legume...)" (Leme (b) s.d. v. 1, p. 193). Portanto, lugares da superfície da terra onde se encontravam folhetas de ouro que lembravam folhas de batateiras, eram chamados de "batatal". É admissível que essas folhetas eram encontradas nas áreas auríferas, pois há referências às mulheres que se adornavam com esse minério. Segundo Azevedo Marques, quando Anhangüera achava-se nos sertões do gentio Goya, pelo ano de 1682, ele teve certeza da existência de ouro, porque observou que as índias usavam folhetos desse metal, para se ornarem (Marques, Azevedo, s.d., v. 1, p. 45).

Considere-se que "batatal" era expressão já divulgada em Portugal, pois segundo texto impresso em 1723, ficava-se sabendo que em Minas Gerais – mais precisamente, na Vila do Infante –, havia terra tão rica em ouro, "que achavam nela seus descobridores pedaços tamanhos como batatas, e por isso lhe chamaram o Batatal" (Santa Maria, 1723, p. 237). Ainda em inícios do século XIX, Luís D'Alincourt passou pelo Arraial do Ferreiro, lugar do primeiro arranchamento de Bueno, próximo ao qual situava-se o lugar do Batatal, onde cada trabalhador, sem grandes custos, "tirava o jornal de quatro, e cinco oitavas de ouro..." (D'Alincourt, 1976, p. 109). Que se tratava de área de mineração, já o dissera Pedro Taques, ao se referir a Filipe Cardoso de Campos, que "viveu muito abastado em minas de Goias, nas suas lavras minerais, no sítio do Ferreiro..." (Leme, s.d. (b) p. 212).

Fundamentado na memória redigida por José Manuel Sequeira, Sérgio Buarque de Holanda refere-se à técnica de extração em depósitos existentes, as grupiarias ou guapiarias, onde os mineiros usavam o método de "batatal" (1990, p. 52).

SANTUARIO MARIANO, E Historia das Imagens milagrosas DE NOSSA SENHORA,

E das milagrosamente apparecidas, que se venerão em todo o Bispado do Rio de Janeyro, & Minas, & em todas as Ilhas do Oceano,

*Em graça dos Prégadores, & dos devotos da Virgem
Maria nossa Senhora.*

TOMO DECIMO, E ULTIMO.

QUE CONSAGRA, DEDICA, E OFFERECE

AO EXCELLENTISSIMO SENHOR

LUIS JOSEPH THOMAS
LEONARDO DE CASTRO

Duodecimo Conde de Montanto, filho dos Excellentissimos Senhores Marquezes de Cascaes Dom Manoel Joseph de Castro, & Noronha, & Dona Luiza Maria Elena de Noronha.

Fr. AGOSTINHO DE SANTA MARIA,
Ex-Vigario Géral da Congregação dos Agostinhos Descalços de Portugal, & natural da Villa de Estremoz.



LISBOA OCCIDENTAL,

N.º 27.ª officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM.

Com todas as licenças necessarias.
Anno de 1723.

Frontispício de *Santuário Mariano* da autoria de Frei Agostinho de Santa Maria, obra publicada em Lisboa Ocidental, no ano de 1723
(Gentileza do Prof. Lincoln Etchebébere Júnior)

A serra dos Batatais, entre Pilar e Ouro Fino, na Capitania de Goiás, sugere que, dada a própria topografia local, naturalmente tratava-se de área mais propícia à mineração do que às lides agrícolas.

Ao se referir às descobertas que nos primeiros tempos se fizeram em Pitangui, Feu de Carvalho, citando D. Brás Baltasar da Silveira, Governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, refere-se ao ouro que se "tirou de um buraco que denominaram Batatal..." (Carvalho, 1931, p. 590). Diogo de Vasconcelos também registra que nos sertões de Pitangui ocorreu a descoberta da mina do Batatal, "mais que toda, demasiadamente rica" (1974, v. 2, p. 129). No distrito Diamantino, após 1773, encontram-se referências às lavras do Batatal (Santos, 1976, p. 140). Finalmente- conforme o Professor Sérgio Corrêa Amaro lembra ao autor deste texto -, Laura de Mello faz, em sua obra, referência à "Lavagem dos Batatais" em Minas Gerais (1982, p. 184).

Pelos dados registrados acima, torna-se claro que as palavras "batatal" e "batatais" estiveram intimamente relacionadas às áreas de mineração e não à plantação de batatas.

6. Caldeira Pimentel e a sesmaria dos Batataes - um pouco de história

Após a demonstração de que explicações das origens do topônimo Batataes, fundamentadas em palavras indígenas ou em plantações de batatas, não resistem a uma crítica mais rigorosa, registrou-se neste texto o emprego das palavras Batatal ou Batataes para áreas de mineração, hoje facilmente identificáveis. Viu-se também que nenhuma dessas áreas sugere, ainda que remotamente, qualquer vínculo com Batatais atual. O que se pode afirmar é que em 05 de agosto de 1728, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, Governador da Capitania de São Paulo, concedeu carta de sesmaria a Pedro da Rocha Pimentel, situada "nos campos dos Batataes no Caminho dos Guayazes passando o mato da Corda no primeiro ribeiro entre o rio Pardo e o Sapucahy...". Essa doação de sesmaria é, por assim dizer, a certidão de nascimento de Batatais. Insista-se: é o primeiro documento que se conhece, no qual Batatais atual situa-se "nos campos dos Batataes."

Resta saber se o governador Caldeira Pimentel, doador da sesmaria, sabia o que estava doando, ou se tudo não passaria de informações pouco esclarecedoras, prestadas por terceiros, ou pior ainda, se a designação de Batataes à sesmaria não constituiu mais um ato ilegal do desonesto, inescrupuloso e despótico governador.

6.1. Um governador desacreditado

Ainda não completara um ano de seu governo, quando Caldeira Pimentel fez doação da sesmaria, o que pode indicar pouco conhecimento dele com as questões da área de mineração. Mesmo porque - como já se registrou neste texto -, os Batatais ficavam em Goiás. Além disso, é importante considerar o baixo conceito em que Caldeira Pimentel foi colocado, por todos aqueles que trataram de sua personalidade: Pedro Taques chamou-o de "filho espúrio de um cônego da Sé do Lamego" (Leme, s.d. (b), v. 3, p. 900); Taunay registra que sua escolha para o governo da Capitania fizera-se "obedecendo a algum cambalaxo cortezão", pois se tratava de "homem da mais dúbia moralidade" (1924-1950, v. 10, p. 214 e 387); para Aureliano Leite, "governador tirano, aboletado no poder". (1949, p. 40)...

Tais referências depreciativas justificam-se, pois é soberbamente conhecido o episódio da substituição de ouro por chumbo, em um caixão remetido a Lisboa. Era uma partida de sete arrobas de ouro dos quintos reais, remetida de Cuiabá, em 1728. O responsável por esse furto foi, como lhe chama Toledo Piza, "o gatuno" (Doc. Int. 1895, v. 13, p. 188) Sebastião Fernando Rego, provedor da fazenda real de São Paulo, amigo e comparsa de Caldeira Pimentel nesse ato, o que evidencia o caráter do governador. Ante a omissão de qualquer informação à Corte sobre esse furto, D. João V estranhava que o governador assim procedesse e mandava que ouvidor da Capitania tirasse devassa, para saber quem fora o responsável pelo ato (Doc. Int., 1895, v. 16, p. 104-5).

Conhecem-se também as injustiças sofridas pelos descobridores das minas, cujas mercês foram esquecidas, quando lhes suspenderam o direito de cobrança das passagens dos rios e quando se fizeram as doações das sesmarias no caminho dos Goíases. Tal é o caso das perseguições sofridas por Bartolomeu Paes de Abreu, associado de Bartolomeu Bueno da Silva, bem

como o que se fez com João Leite da Silva Ortiz, genro deste, episódios narrados por Pedro Taques (Leme, s.d. (b) v. 3, p. 91 e segs.). Objetivando reduzir o prestígio e conseqüentemente as mercês concedidas aos descobridores das minas, Caldeira Pimentel passou a exercer pressões sobre Bartolomeu Paes de Abreu. A queixa deste à Corte acarretou seu próprio recolhimento ao calabouço, onde, aliás, já se encontrava preso Sebastião Fernandes Rego. Informado das arbitrariedades cometidas pelo governador, D. João V ordenava que esse caso fosse entregue à justiça, pois, adverte El-Rei, "não é justo que meus vassallos estejam vexados por este modo" (Doc. Int. 1898, v. 24, p. 117).

Ante tão clamorosas arbitrariedades, João Leite da Silva Ortiz, guarda-mor das terras minerais, resolveu ir pessoalmente a Lisboa, a fim de apresentar queixa contra o governador da Capitania. Embarcado em Santos, após passar pelo Rio de Janeiro e Bahia, encontrava-se Leite Ortiz em Pernambuco, quando contraiu varíola. Achava-se ele em restabelecimento de sua saúde, quando, a mando de Caldeira Pimentel, foi envenenado pelo Padre Matias Pinto, que já era fugitivo da justiça, por procedimento irregular cometido nas minas de Cuiabá.

Outro acontecimento que bem demonstra a total falta de critério e inseqüência – tônica do governo de Caldeira Pimentel -, é o descaso como a seu tempo foi tratada a Câmara da cidade de São Paulo. Como se sabe, nos tempos coloniais, embora o governo metropolitano exercesse ilimitado mando, as câmaras das vilas e cidades sempre gozaram de, ao menos, relativa autonomia. Eleitos por voto secreto pelos chamados "homens bons", pessoas de mais alto conceito local, os membros das câmaras – juizes ordinários, vereadores e procuradores – desfrutavam de autoridade, quando no cumprimento de seus deveres, sempre considerados como serviços prestados a El-Rei. Sabe-se mesmo que, por diversas vezes, as câmaras fizeram representações na Corte, contra atos dos governadores considerados exorbitantes.

Entretanto, embora por lei ficassem bem definidas as atribuições e responsabilidades das câmaras, bem como aquelas do governador, Caldeira Pimentel chegou a prender vereadores e procurador, pelo fato de estes o desagradarem, quando deixaram de responder satisfatoriamente a requerimento do governo, bem

como por não ter a Câmara atendido de imediato seu desejo, na nomeação de carcereiro e alcaide. Segundo ata da Câmara Municipal de São Paulo, datada de 19 de setembro de 1735, verifica-se ato despótico do governador contra os camaristas, "com a prisão os obrigou a que nomeassem contra a forma da ordenação e eles por se verem livres e 'desavexados' da prisão os nomearam..." (Actas, 1915, v. 10, p. 75-6).

Conhecem-se também as advertências da Corte ao inescrupuloso governador, por este abrir correspondência alheia (Doc. Int. 1898, v. 24, p. 24, 25 e 53).

Ante personalidade que, por sua desonestidade, arbitrariedade e irresponsabilidade, deixou tão triste memória na história de São Paulo, não é fora de propósito admitir-se que pouco se lhe fazia ter noção de onde ficavam efetivamente os Batataes, quando foi doada a sesmaria, em 5 de agosto de 1728. É pois – repita-se -, a partir dessa data que Batatais passa a efetivamente existir, no local onde hoje se encontra.

6.2. Incerteza acerca da sesmaria dos Batataes

Aos menos avisados, pode parecer que a doação de uma sesmaria constitui o primeiro passo para se regulamentar a exploração e povoamento de uma área que, a partir desse ato oficial, vai passar por um contínuo processo de desenvolvimento. Isso nem sempre aconteceu, o que é explicável. Primeiramente, deve-se considerar que nem sempre os contemplados tomaram posse de suas sesmarias. Pelo menos, é isso o que indicam diversas proclamações do governo da Capitania, como aquela de 1723, ordenando que os proprietários de terras apresentassem seus respectivos títulos, pois muitos sesmeiros não as cultivavam (Doc. Int., 1901, v. 12, p. 70-80). Em 1725, outra proclamação do governador adverte que as sesmarias não registradas nos livros da Fazenda Real e confirmadas pelo rei teriam suas doações anuladas (Doc. Int., 1895, v. 13, p. 60-1). No ano seguinte, ordens que tratam dessa mesma questão são expedidas pelo governo da Capitania (Doc. Int. 1895, v. 13 p. 60-1; 1896, v. 18, p. 197).

Passado o governo da Capitania de São Paulo a Antonio Luís de Távora, o Conde de Sarzedas, perduraram as ordens para que os proprietários apresentassem suas cartas de datas

de terras de sesmaria, confirmadas pelo rei com o "cumpra-se do Governo, bem como o registro da Fazenda Real" (Doc. Int. 1896, v. 22, p. 8-9). Não se diga que as advertências sobre a necessidade de confirmação de sesmarias ocorreram apenas na década dos 20, do século XVIII, pois na segunda metade desse século, tais instruções ainda perduraram (Doc. Int., 1895, v. 16, p. 28-9).

Considere-se ainda que a demarcação e medição de uma sesmaria era tarefa de difícil execução, acarretando conseqüentemente controvérsias. Para sanar esse mal, El-Rei ordenava que tal incumbência coubesse ao vereador mais velho da Câmara, evitando-se assim as grandes despesas que se teriam com os ministros, caso a estes fosse dada essa tarefa. Gastos "tão exorbitantes que muitas vezes excede o seu excesso ao valor das mesmas terras..." (Doc. Int., 1896, v. 18, p. 251-2).

É, pois, nesse impreciso quadro administrativo que se fizeram as doações das sesmarias situadas no caminho de Goiás, inclusive aquela de Batatais. Sabe-se que aos descobridores das minas goianas foram concedidos os direitos de passagem dos rios a serem transpostos nesse caminho, bem como sesmarias em áreas adjacentes às passagens. A Bartolomeu Paes de Abreu, coube o direito sobre os rios Mogi e Sapucaí, bem como "carta de terras de sesmarias aos descobridores, na passagem dos ditos rios, seis léguas de terras de testada e outro tanto de fundo, ficando a passagem ao meio..." (Doc. Int., 1895, v. 12, p. 64). Embora a concessão de sesmarias fosse permanente, ao assumir o governo da Capitania de São Paulo, Caldeira Pimentel anulou as doações feitas por seu antecessor e - como já se registrou em páginas anteriores -, praticou arbitrariedade contra Bartolomeu Paes de Abreu, por direito, sesmeiro do rio Sapucaí, no caminho de Goiás.

Seguiram-se as doações irregulares de 1728 - inclusive a dos Batataes - e as conseqüentes proibições metropolitanas a Caldeira Pimentel, para que este não desse sesmarias naqueles sítios já anteriormente doados aos descobridores do ouro goiano (Doc. Int. s.d., v. 24, p. 60-1). Em seguida, nova advertência da Corte, ordenando que no caminho das minas, as sesmarias doadas tinham que ser de somente "meia légua em quadra" (Doc. Int., s.d. v. 24, p. 63-4).

Pouco tempo depois de assumir o governo da Capitania de São Paulo, o Conde de Sarzedas recebeu ordem real para examinar a documentação relativa às sesmarias que haviam sido

doadas por Caldeira Pimentel, documentação essa que não tinha sido examinada pelo Procurador da Coroa. Inquirido Bento de Castro Carneiro (coincidentalmente, quem assinou o registro da sesmaria dos Batatais, em 5 de agosto de 1728), este laconicamente informou terem sido concedidas apenas quatro sesmarias, quando, na verdade, nos quatro meses em que Castro Carneiro serviu como secretário de Caldeira Pimentel, foram doadas oitenta e três sesmarias, das quais vinte e sete sem as vistas do Procurador, vinte e nove sem petições na Secretaria. Segundo Sarzedas, as falsas informações de Castro Carneiro eram decorrentes de "sua leviandade ou malícia, o que melhor se mostra de suas próprias respostas de que se quis escusar..." Continuando, sugere o novo governador que, "dada a nulidade em que foram passadas", podia Sua Majestade exigir novas confirmações, porque, diz Sarzedas, "não duvido que muitas pessoas a quem se passaram se ausentassem e as terras ficassem devolutas pela pouca subsistência que os sesmeiros faziam nelas, principalmente depois que há minas..." (Doc. Int. 1902, v. 40, p. 89-91). Com essas últimas palavras, Sarzedas quer dizer que os acenos do ouro goiano seduziam mais do que as lides agrícolas, estas de expectativas mais modestas, menos aventurosas.

Nesse quadro de irregularidades, resta saber se, a partir das doações de sesmarias, o caminho de Goiás povoou-se. Essa é uma questão que aguarda a atenção do investigador. Segundo Chiachiri Filho, é possível que muitas dessas sesmarias jamais tenham sido visitadas por seus sesmeiros, enquanto outras poderiam ter sido abandonadas, pois, em 1779, raros eram os nomes dos agraciados ou de seus descendentes. Nesse ano, pelos 17 pousos existentes entre os rios Pardo e Grande, distribuía-se uma população de apenas 147 almas. Pelos sete pousos existentes entre os rios Pardo e Sapucaí, havia 70 moradores. O pouso de Batatais figura como o menos povoado, com apenas quatro moradores (Chiachiri Filho, 1986, p. 52 e segs.).

Quanto a Pedro da Rocha Pimentel, sesmeiro de Batatais, sabe-se que em 1740 estava na cidade de São Paulo, onde, em janeiro desse ano assumiu o cargo de juiz ordinário da Câmara, nele permanecendo até o mês de dezembro desse ano (Actas, 1916, v. 11, p. 243-321). Sabe-se também que, na relação de sobrenome dos moradores do Caminho de Goiás, elaborada com dados a partir de 1765, não há qualquer referência à família

Pimentel (Chiachiri Filho, 1986, p. 47).

Ante os fatos acima registrados, resta saber se a sesmaria de Batataes chegou, alguma vez, a ser efetivamente ocupada por seu sesmeiro.

7. Conclusões

Pelo registrado neste texto, verifica-se que não se fez aqui uma exposição laudatória, mas apenas levantaram-se questões fundamentadas em fontes dignas de credibilidade. Estas levam às seguintes conclusões:

1º A cartografia anterior à descoberta do ouro goiano nada esclarece sobre a questão examinada, a não ser que os paulistas sabiam ir àqueles territórios, subindo os rios Paraná e Paranaíba.

2º A repetição do mesmo nome para diferentes lugares pode levar o pesquisador menos avisado a cometer equívocos. Que não se façam, pois, afirmações apressadas, sobretudo quando se fazem referências aos rios Grande e Sapucaí.

3º As reconstituições de roteiros das bandeiras, que diversos autores já propuseram, não vão além, via de regra, de meras conjecturas, uma vez que nem das bandeiras importantes, como aquela de Fernão Dias Paes – que pretendia descobrir esmeraldas -, se conhece o roteiro.

4º Alguns documentos que se apresentaram, dentre os quais a doação de sesmaria aos beneditinos em 1668; uma carta de certo Inácio Vieira, redigida no arraial dos Batatais; as referências a um certo Batatais do Sertão dos Goias, são fontes que – conforme já se registrou neste texto – não resistem a uma crítica medianamente criteriosa.

5º As duas versões tradicionais das origens do nome Batatais, isto é, nome indígena ou relativo a plantações de batatas, são por demais frágeis.

6º Não se pode dizer que a versão Batataes, como área de extração de ouro, tem menos consistência que as duas versões tradicionais. Aliás, parece ser até mais consistente.

7º Finalmente, o que efetivamente está documentado é o topônimo Batataes designando sesmaria doada a Pedro da Rocha Pimentel, pelo Governador da Capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel. Entretanto, o mau conceito em que é colocado esse governador pelos estudiosos da história de

São Paulo permite que se duvide da legitimidade e concretização dessa doação.

Que não se despreze, pois, a hipótese de a origem do topônimo Batatais estar ligada aos Batataes, locais de mineração.

CARDOSO, Walter. The toponym Batatais: the search for the origins of the name of a town. *AMICUS, Batatais-SP*, nº 4, p. 147-179

ABSTRACT: The traditionally accepted versions explaining the origin of the name "Batataes" are presented. The lack of consistency of these versions is discussed and a new hypothesis on this matter is arisen.

KEYWORDS: Potato plantations, caiapó language, expeditions, mining, "sesmaria".

REFERÊNCIAS

a) Documentação

Arquivo do Estado de São Paulo. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo* (vários volumes).

Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro (vários volumes).

Câmara Municipal de São Paulo. *Actas da Câmara da Cidade de São Paulo*. Arquivo Municipal de São Paulo (vários volumes).

Câmara Municipal de São Paulo. *Actas da Câmara da Villa de S. Paulo*. Arquivo Municipal de São Paulo (vários volumes).

b) Dicionário

CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*. São Paulo, Melhoramentos: Editora da Universidade de São Paulo, 1983

c) Instruções

"Regimento que levou Tomé de Sousa, 1º Governador Geral do Brasil", *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1950, v. 2, p. 49-53.

"Regimento que levou para o Brasil o Provedor Mor Antônio Cardoso

de Barros". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1959, v. 2, p. 69 e segs.

d) Livros, artigos e relatos

ALENCASTRE, J. M. P., "Annaes da Província de Goyaz". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1864, tomo 27, parte 2ª.

ALMEIDA, Eduardo de Castro e., Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar. Organizado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. IV, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1917, v. 39, p. 115.

ANDREONI, João Antonio (ANTONIL, André João). *Cultura e opulência do Brasil*. Introdução e vocabulário por A. P. Canabrava, 2ª ed., São Paulo, Nacional, s.d.

BERNARDES, Manuel. *Nova Floresta*. Porto, Lello & Irmão, s.d., 8 V.

BRAGA, José Peixoto da Silva. "Notícia que dá ao P. Me. Diogo Soares o Alferes José Peixoto da Silva Braga, do que passou na Primeira Bandeira que entrou ao descobrimento das Minas dos Guayazes até sahir na Cidade de Belém do Grão-Pará". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1908, tomo 49, Parte 1ª.

CARVALHO, Theophilo Feu de. "Ocurrências em Pitanguy (1713-1721)". *Anais do Museu Paulista*. vol. 4, 1931.

CHIACHIRI FILHO, José. *Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto, SP, Ribeira Gráfica Editora, 1986.

D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos, à cidade de Cuiabá*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1976.

DERBY, Orville A. "Roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. 1898/1899, v. 4.

_____ "As bandeiras paulistas de 1601 a 1604." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 1903, v. 8.

DEUS, Gaspar da Madre de. *Memórias para a História da Capitania de*

São Vicente. São Paulo, Livraria Martins Editora, s.d.

ELLIS, Myriam. "Paulistas nos Sertões do Ouro – Fernão Dias Pais". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. 1971, v. 79.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. 3ª ed., São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Companhia Editora Nacional, 1938.

FARIA, José Custódio de Sá e. "Diário da viagem que fez o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria da cidade de São Paulo á praça de Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemy" 1774-1775. *Revista do Instituto Geográfico Brasileiro*, 1876, v. 39, 1ª parte.

LEITE, Aureliano. *A História de Sam Pavlo*, São Paulo, Livraria Martins, 1944.

LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, nº 3.

_____ *Páginas da História do Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Companhia Editora Nacional, 1937.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes, *Notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma Capitania*. Introdução e notas de Afonso de E. Taunay, Belo Horizonte, Editora Itatiaia: São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1980

_____ (a) *História da Capitania de São Vicente*. São Paulo, Cayeiras, Rio de Janeiro, Melhoramentos, s.d.

_____ (b) *Nobiliarchia Paulistana Histórica e Genealógica*. Terceira Edição acrescida de parte inédita, com uma biografia do autor, e estudo crítico de sua obra, por Afonso de E. Taunay. São Paulo, Livraria Martins Editora, s.d., 3 V.

LUKESCH, Anton. *Mitos e vida dos Índios Caiapós*, trad. São Paulo, Pioneira: Editora da Universidade de São Paulo, 1978

MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, EPASA, 1944.

_____ Documentos relativos ao Bandeirismo paulista..."

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. 18, 2º ed., 1942.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*. São Paulo, Livraria Martins Editora, s.d., 2 v.

NÓBREGA, Mello. *História do Rio Tietê*. São Paulo, Governo do Estado, 1978.

PINTO, Virgílio Noya, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo, Editora Nacional: Brasília, INL, 1979.

SANDE, Antonio Paes de. "Relatório do Governador Antonio Paes de Sande, em que indica as causas do malogro das pesquisas das minas do sul e propõe o alvitre para se obter de uma maneira segura o seu descobrimento", in *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1921, v. 39.

SANTA MARIA, Agostinho. *Santuário Mariano*, e Historia das Imagens milagrosas de Nossa Senhora. Lisboa Occidental, Antonio Pedrozo Galram, 1723.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Belo Horizonte, Itatiaia: São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. "*Chronicas de Cuyabá*". R.I.H.G.S.P., 1898/1899, v. 4.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

TAUNAY, Afonso de E., *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga*. São Paulo. Museu Paulista, 1922.

_____. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo. Melhoramentos: Brasília, INL, 1975, 3 v.

_____. *História Geral das Bandeiras Paulistas*; São Paulo, Typ. Ideal-H.L. Canton, 1924-1950, 11 v.

_____. *Os primeiros anos de Goiás (1722-1748)*. São Paulo,

Imprensa Oficial, 1950.

_____. (Coletânea, introdução e notas). *Relatos sertanistas*: São Paulo, Livraria Martins Editora, 1976.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia: São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1981, 3 v.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte. Itatiaia, 1974, 2 v.

O GRUPO ESCOLAR DR. WASHINGTON LUÍS QUE FREQUENTEI

José Carlos de Medeiros PEREIRA*

Esclarecimento

Em 11 de junho de 1981 ocorreram as festividades do 70º aniversário de fundação do Grupo Escolar Dr. Washington Luís (à época em que o freqüentei escrevia-se Luiz). Fui um dos oradores convidados para falar naquela ocasião. Tive oportunidade de me referir não só ao significado fundamental do ensino primário na primeira metade do século XX, como, também, de recordar tempos relativamente antigos de Batatais (já naquela ocasião) referentes ao seu primeiro grupo escolar. A palestra que fiz foi publicada em *A TRIBUNA DE BATATAIS*, de 24 de junho de 1981. Reproduzo-a aqui com algumas alterações, sobretudo acrescentamentos.

O Washington dos anos 40

Em 1911, quando este grupo escolar foi inaugurado, Washington Luís Pereira de Sousa, que fora Intendente (Prefeito) de Batatais em 1898 e 1899, esteve presente ao ato. Ele era Secretário do Interior de Albuquerque Lins. Esse antigo Governador (naquele tempo chamado de Presidente) do Estado de São Paulo tem seu nome lembrado pela bela e progressista cidade de Lins. O Prefeito de Batatais naquela ocasião, também presente, se chamava Arlindo Lima. 32 anos depois comecei a ser aluno do Washington. Freqüentei-o entre 1943 e 1946.

Sem dúvida, a instalação de um grupo escolar deste porte na Batatais daquele tempo, foi um acontecimento de enorme importância para o ensino. Estamos hoje acostumados à existência

*Doutor em Sociologia, livre-docente em Medicina Social e professor-associado aposentado da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da USP.

de uma multidão de escolas e cursos, inclusive de nível superior. Mesmo na década de 40, a freqüência a um curso primário de bom nível, como o proporcionado pelo Grupo Dr. Washington Luís, constituía um privilégio. Os estudos realizados nos antigos grupos escolares iam da 1ª à 4ª série.

Ainda que se tratasse de um pequeno número de anos de escolaridade, era reduzido, tanto em termos absolutos como relativos, o número de crianças que freqüentava todo o curso. A evasão escolar era ainda maior do que a atual. A maioria dos que entravam no 1º não chegava ao 4º ano. Talvez, nem tanto, no nosso grupo escolar. Mas fora da capital e dessa nossa região de colonização antiga, servida pela velha Mogiana e onde se situa Batatais, no restante do Estado de São Paulo e, principalmente, no restante do Brasil, a evasão escolar era muito grande. Por isso, freqüentar o grupo escolar durante quatro anos era, de fato, um privilégio de relativamente poucos. Creio que, no caso de nosso então Grupo Escolar Dr. Washington Luiz, crianças de todas as classes sociais o freqüentavam. Como era um grupo mais central, mais perto do centro da cidade, onde moravam as famílias mais abastadas, talvez fosse maior o número daquelas crianças que eram filhas de pais de classe média e alta. Mas havia meninos e meninas de todas as origens sociais.

Naquele tempo, mesmo esse tipo de educação, que a muitos, hoje, pode parecer muito elementar, era de grande valia para o desenvolvimento de todos os aspectos da vida futura das pessoas. O conhecimento razoável de leitura e escrita, ainda que de rudimentos das mesmas, era e é de extraordinária importância para a maioria das iniciativas posteriores. Sem saber ler e escrever e fazer alguns cálculos, mesmo simples, a pessoa fica limitada em suas possibilidades de vencer na vida, de seguir uma profissão ou ocupação, porque o domínio da maioria das técnicas básicas exige este conhecimento. Não estou me referindo àquelas profissões que exigem escolaridade formal, cursos médios e superiores e, sim, às ocupações comuns. Em igualdade de condições, dificilmente um analfabeto consegue as mesmas realizações de um alfabetizado, ainda que existam exceções notáveis. Mas isso não é a regra, e não podemos raciocinar em termos dessas exceções.

Entendo que há um outro aspecto ainda mais importante na aquisição do conhecimento da leitura, da escrita e dos primeiros cálculos. Refiro-me ao fato de que saber as primeiras letras abre realmente as portas para um outro mundo, às vezes menos mesquinho do que aquele em que acabaríamos vivendo. Abre as portas para o mundo de um saber mais elaborado, mais abrangente. Com esse conhecimento nós nos podemos informar sobre uma enormidade de fatos, de doutrinas, de teorias, de visões sobre o mundo, mesmo como autodidatas. Considero que os professores primários (que, diga-se de passagem, quase sempre eram e são professoras) são os mestres principais que encontramos na vida. Eles são tão marcantes em nossa vida que, até o fim de nossa existência, nós nos lembramos deles. Podemos esquecer de professores que tivemos no ginásio, no colégio, nas faculdades, em cursos de pós-graduação, mas nos lembramos sempre de nossas primeiras professoras pela vida afora.

Recordo-me perfeitamente das minhas quatro professoras. A primeira foi dona Glorinha Marques, casada com um médico do Centro de Saúde, o Dr. João de Sousa Marques e mãe da Profa. Regina Maura. Era uma professora relativamente jovem, extrovertida, algo travessa, engraçada. Usava um ponteiro longo e quando um menino ficava muito tempo conversando com seu colega de trás, ia, pé ante pé, e dava uma ponteirada na cabeça do indisciplinado. Ela ria, toda a classe ria e o punido, às vezes, acabava rindo também. Dona Zenaide foi minha professora do 2º ano. Ela já tinha sido professora de meu pai. Era uma matrona de corpo mais cheio, sempre bem vestida, com grande facilidade para ensinar. Era casada com o Dr. José Arantes Junqueira, que foi Presidente da Câmara Municipal de 1926 a 1930. Creio que ela morava num casarão da Rua D. Adorama. D. Zenaide era uma pessoa educadíssima, daquele tipo de educação que quase só encontramos entre famílias aristocratas. D. Julieta Acra foi minha professora do 3º ano. Infelizmente já faleceu. Era uma mulher aparentemente tímida e introvertida. Talvez já estivesse doente quando a conheci. Delicada, de bom coração, era querida. Era irmã de um comerciante com loja de tecidos numa esquina da Ladeira Dr. Mesquita com a Santos Dumont, o Sr. Miguel Acra. Foi casada com outro comerciante, o

Sr. Barroso, com loja, se não me engano, na rua popularmente conhecida como do Santo Antônio (Rua Capitão Andrade, depois Dr. Alberto Gaspar Gomes). Um seu filho, o Rafa, era, à época, professor de Matemática na Faculdade de Filosofia de Ribeirão Preto, no campus da USP.

Quanto à professora do 4º ano, ela tinha o apelido de Caçula. Sem desmerecer as demais, foi a de que mais gostei. Ela se chamava Francisca de Barros Rebello. Foi casada com um primo do Dr. Barros e depois com o Dr. Aluísio Lopes de Oliveira. Tinha uma irmã, também professora, chamada Maria Aparecida Biava, mas era conhecida simplesmente como Cida. Era casada com o Sr. Adriano Biava, dono de uma boa relojoaria em nossa cidade. O casal, depois, mudou-se para Ribeirão Preto. Mas, voltando à D. Caçula, eu a achava uma mulher maravilhosa. Estimulante, extrovertida, além de ser muito bonita. Creio que, na imaginação, era a namorada de muitos de nós. Ela gostava muito de mim, apreciando sobremaneira minhas composições. Lembro-me, inclusive, de que uma vez ela me incumbiu de escrever sobre minha tia, a capitã-enfermeira Altamira Pereira Valadares, por ocasião de uma homenagem a ela prestada e, talvez, também aos demais pracinhas de Batatais, participantes da Força Expedicionária Brasileira, que lutou na Itália. (Agora, em 2001, fiquei sabendo, através de minha tia, a Profa. Dirce Medeiros Camargo, que D. Caçula reside em São Paulo).

Durante a maior parte do tempo que freqüentei o Grupo Washington, a diretoria foi ocupada por um ou mais professores homens. Mas não me recordo dele ou deles. Só sei que, em 1946, havia uma diretora substituta, a Profa. Erondina Cardoso Soares. Era esposa de um senhor que era gerente das Casas Pernambucanas em Batatais. Se não me engano, o casal era de Ribeirão Preto. A essa época havia um professor chamado Gastão Leite. Ele, depois, foi o primeiro diretor da Escola Profissional (posteriormente Industrial). Havia, é claro, muitas outras professoras efetivas, mas não me recordo delas. Também havia certo número de professoras substitutas, que se encarregavam de uma classe por ocasião de alguma falta ou licença da titular. Normalmente, eram bem jovens. Como, naquela época, não havia concurso de provas, mas unicamente de títulos, para ingresso

no Magistério Primário do Estado de São Paulo, essas moças, mediante a substituição, acumulavam o que se chamava "pontos", para ingresso nesse tipo de magistério.

Quanto ao prédio (em 1981), não é muito diferente daquele de 1943-1946 que freqüentei. O pátio do grupo era dividido entre meninos e meninas. Do lado direito de quem entrava, ficavam os meninos, e do lado esquerdo, as meninas. Havia um enorme muro separando os alunos dos dois sexos. O pátio era enorme. Brincávamos muito de bolinhas de vidro e também de pião. Quase todos andavam descalços. O servente que tomava conta de nós se chamava Flausino. Ele morava numa casinha ao fundo do grupo. Outro era o Sr. Joãozinho. Havia também um servente, alto e magro, Sr. Alfredo, sempre vestindo um terno amarelo, que tocava o sino que dava o sinal de formar as filas, de entrar, de sair da escola. Os alunos de cada classe formavam duas filas, indo os menores na frente.

Tive alguns colegas de escola dos quais me lembro. Um deles estudou comigo do 1º ao 4º ano e se chamava também José Carlos. Era filho de um dos maiores jogadores de futebol que Batatais já produziu: o Coelho. Ele morava numa casa ao lado do campo do Batatais F. C. O José Carlos, depois, foi igualmente jogador profissional de futebol e, se não me engano, também técnico. Recordo-me ainda de um menino que veio de São Paulo, muito forte, de pele trigueira, apelidado de Sansão, sobrinho de um eletricitista da Cia. Paulista de Força e Luz. Esse tio, ainda quando éramos alunos, morreu eletrocutado. Como Sansão morava na Rua Tiradentes, e eu, na 13 de Maio, no Castelo, vínhamos juntos para o grupo. Vizinho também, morando diante de minha casa, era o Rubens Aleixo, apelidado Alemão. Não tenho certeza, mas creio que outro morador de minha rua, o Luís Bueno Oliveira, que tem (ou tinha) uma oficina de conserto de automóveis em São Paulo, também freqüentava nosso grupo. Recordo-me, igualmente, de dois irmãos Tassinari, moradores num sítio. Lembro-me do Henrique, que foi igualmente colega do Tiro de Guerra, e do Hermes, filho de um senhor chamado José Menino. Hoje ele é médico oftalmologista em Ribeirão Preto. Outro colega, o Altino Pereira, depois se tornou funcionário do Banespa. (Agora, em 2001, já está aposentado). Mora em Ribeirão Preto também. Minha dificuldade em me recordar dos

colegas não decorre só de eu ter vivido, desde meados da década de 50, fora de Batatais. Em parte, a razão está em que a maioria dos alunos do Washington morava na parte central, que a gente chamava de Cidade, enquanto minha família era do Castelo, bairro relativamente pobre de Batatais daquela época. Assim sendo, a maioria de meus amigos de infância, colegas de brincadeira, em geral vizinhos, freqüentava o grupo existente naquele bairro, grupo esse depois denominado Monsenhor Joaquim Alves Ferreira. Alguns dos alunos, inclusive, eram filhos de soldados, sargentos e oficiais de um Batalhão da Polícia Militar que, por um breve período, foi transferido para Batatais. Seu quartel era o prédio que depois abrigou o Colégio Sílvio de Almeida. Era muito difícil conhecer mais de perto tais alunos, cujas famílias, em geral, nem eram batataenses.

Não existindo, perto do Centro, outro estabelecimento oficial de ensino, os alunos do Washington por vezes eram usados para recepcionar autoridades e participar de outros eventos. Por exemplo, lembro-me de que fomos, incorporados, receber o então Interventor do Getúlio no Estado, Fernando Costa. Isso deve ter sido em 1944 ou 1945. Ele governou de junho de 41 a outubro de 45. Também me recordo de que acompanhamos o enterro do Monsenhor. Todo o mundo se referia a ele apenas pelo título, e não pelo nome: Joaquim. Uma outra vez nossa classe foi, ainda, ao enterro de um pai de colega. Não sei se isso era praxe ou algo excepcional. Fora da rotina foi a incumbência que recebemos, talvez em 1944, de recolher utensílios de ferro para auxiliar no esforço de guerra do Brasil. Medida obviamente idiota, como tantas outras tomadas naqueles tempos, como, por exemplo, a de se fazer um apagão (naquele tempo se dizia "black-out") em São Paulo, com medo de aviões alemães.

Mais tarde percebi que o nível de ensino ministrado em nosso grupo era bastante elevado. Em grande parte isso se devia à boa formação do corpo docente, à disciplina existente e à colaboração dos pais. Estes, de modo geral, apoiavam inclusive os castigos corporais, impostos pelo diretor e pelas professoras, aos alunos pouco esforçados ou indisciplinados. Pode-se, é claro, até deplorar alguns dos métodos pedagógicos então usados. (Não nos esqueçamos, contudo, que até a década de 90, na

Inglaterra, se permitia aos professores punirem fisicamente os alunos.) Além do mais, a imposição de castigos tinha regras bem definidas. A violência de hoje, pelo contrário, chama muito a atenção, sobressalta, porque, como diz Eric Hobsbawn em um de seus excelentes trabalhos, não só é de fato maior, como não está submetida a regras.

Mas, voltando ao nível de ensino, lembro-me de que, no 4º ano, fazíamos, inclusive, problemas relativos ao câmbio. A moeda internacional, pelo menos nesses problemas, não era o dólar, e sim a inglesa libra esterlina. Éramos ensinados que ela se dividia em 20 "shillings" (xelins) e que cada um deles valia 12 "pence" (plural de "penny"). Um "penny" seria uma espécie de centavo nosso. Só que, no caso inglês, ele não correspondia a 1/100, mas a 1/240 da unidade monetária. O símbolo da libra era £; "shillings" e "pence" eram indicados por hifens; por exemplo: £ 12-10-19. Fazer contas com uma base diferente de 10 não era fácil para nós. O câmbio, por sua vez, podia ser "ao par" ou não. Por falar em moeda, até 1942, nossa unidade monetária era o mil-réis, naquele ano substituído pelo cruzeiro. Assim, ainda havia livros didáticos impressos com problemas na antiga moeda. Escrevia-se 6\$200 (seis mil e duzentos réis), que equivaliam então a Cr\$ 6,20 (seis cruzeiros e vinte centavos). Nesse caso era fácil porque as coroas dos níqueis (moedinhas) que usávamos ainda eram mil-réis. Por sinal, até esse tempo, com um tostão (\$100, cem réis) era possível adquirir algumas balas. Eu as comprava de um dos membros da primeira turma de diplomados do Washington, o Sr. Jácomo Fellipucci, que tinha casa e bar na esquina das Ruas 13 de Maio e Duque de Caxias, no Castelo.

Recordando os tempos em que freqüentei o Grupo Escolar Dr. Washington Luís, percebo quanto o mundo se alterou e, com ele, Batatais. Mas imagino que as professoras primárias de hoje também terão alunos que sempre se lembrarão delas. Como já disse, a lembrança daqueles que foram nossos professores de primeiras letras talvez permaneça mais do que a de qualquer outro profissional com os quais travamos contacto em nossas vidas. O Washington teve uma longa história. O número de seus ex-alunos é enorme. Muitos dos que se tornaram alguém na vida certamente devem bastante ao fato de terem estudado em tal escola. Eu creio ter sido um desses privilegiados.

Ilustração Paulista

SEMANÁRIO POPULAR DE ACTUALIDADES

NUM. 24

São Paulo, 17 de Junho de 1911

ANNO I



Inauguração do Grupo Escolar de Batataes

Instantanea em que se vêem os srs. Drs. Washington Luís e Carlos Guimarães, secretarios da Segurança Publica e do Interior, e o dr. Arlindo Lima, prefeito de Batataes

Ilustração Paulista, ano I, nº 24, junho/1911

A MÁQUINA E O HOMEM

Alessandra BALTAZAR*

No último dia 22 de junho de 2001, foi oficializada a doação de um Linotipo para o Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís, localizado na Casa da Cultura de Batatais. Doação esta feita pelo Sr. José Sebastião da Luz Filho e sua esposa Dona Neide Aparecida Rissato, ambos da cidade de Ribeirão Preto.

1 - A Máquina

Até por volta de 1890, toda a composição das letras a se imprimir era realizada na ponta dos dedos, pegando letrinha por letrinha no 'componedor', para formar o texto. Era trabalho demorado e que exigia muita atenção. O Linotipo surgiu de um concurso proposto para que se inventasse uma máquina que facilitasse esse trabalho de composição dos textos dos jornais.

O Linotipo doado para o Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Washington Luís" é de fabricação americana e data de 1903. É movido a eletricidade e automático. Possui um teclado semelhante àquele das máquinas de escrever e é operado por um tecladista. Sua função é liberar e ordenar as matrizes (letras) em baixo relevo, que formarão as palavras e comporão os textos. Para fundir as linhas dos textos, o operador deve derreter chumbo num forno e transformá-lo em barras fundidas, que alimentarão a caldeira da máquina, que funciona entre 450° C e 600° C. Este calor não atinge o manipulador da máquina, pois existe um sistema de isolamento térmico de amianto, mas, assim mesmo, nunca se trabalha em temperaturas inferiores a 38° C.

"O linotipo possui muitos detalhes que podem causar defeitos no seu funcionamento, pois, enquanto um setor está fundindo o chumbo,

*Pesquisadora Cultural, responsável pelo Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís de Batatais-SP.

outro está distribuindo as letras e outro está compondo o texto, tudo em movimento rotativo.

Desta forma, para ser um bom linotipista, não basta ser bom tecladista, mas, sim, conhecer bem todo o funcionamento da máquina, para poder resolver os problemas que muitas vezes surgem. Após os textos estarem compostos, é feita uma cópia dos mesmos no 'Prelo', sendo feita então uma ou mais revisões e as devidas correções. Só depois é que a matéria segue para a paginação." (Colombo, Depoimento)

"Atualmente, com o desenvolvimento da tecnologia, não há mais necessidade de um profissional da composição para a montagem dos textos. Tudo é realizado por computador. O trabalho de linotipista se tornou dispensável. Foi o fim do linotipo e do campo de trabalho dos linotipadores, que, dependendo de sua idade, dificilmente conseguem se adaptar aos novos tempos..."(Colombo, Depoimento).

2 - O Homem

Quem porventura vier a conhecer esta bela máquina, perceberá o seu imenso valor histórico, como um símbolo do desenvolvimento industrial gráfico de há 100 anos e, com ele, o surgimento da carreira de linotipista.

Pensamos, todavia, que o maior valor desta máquina linotipadora, está no ato de seu proprietário, que reconheceu o Museu como o melhor local para a perpetuação de sua história. Moviada pela curiosidade, conversamos muito com o Sr. Sebastião, que, inclusive, transportou o linotipo de Ribeirão para Batatais e montou-o cuidadosamente na Casa da Cultura. Ficamos sabendo um pouco da sua vida e o que representou essa máquina para seu desempenho profissional.

Quando criança, o Sr. José Sebastião da Luz Filho não fugia à regra: gostava de jogar bola. Parecendo-se com o jogador Colombo, do Corinthians, acabou sendo conhecido por esse apelido, que seria depois o nome de sua empresa: Linotipadora Colombo.

De família humilde, habitante da zona rural, o "Sr. Colombo" nasceu na cidade de São José do Rio Preto, em 30 de abril de 1934. Perdeu os pais ainda criança e foi morar com um tio em Guaxupé-MG, onde iniciou sua carreira, trabalhando no Jornal "Folha do Povo", que ainda circula.

"Eu perdi meu pai com sete anos, vítima de tuberculose, que hoje é facilmente curada, mas naquela época não. Após dois anos, minha mãe também contraiu a doença e precisou ficar isolada. Cada filho foi morar com uma pessoa da família. Ela estava isolada, num casebre que ficava na fazenda e que nós chamávamos de 'taperinha'. Dia 14 de setembro de 1944 foi o último dia em que eu vi minha mãe. Com tantas contrariedades, eu fiquei atrasado nos estudos. Só terminei o primário com 13 anos. Eu tinha uma vergonha muito grande, pois os meus colegas eram todos bem menores do que eu. Tudo o que eu sei, eu aprendi trabalhando." (Colombo, Depoimento).

Na casa de seu tio Ladislau Pereira, Colombo passava horas jogando bola, e sua tia, Maria Rosa da Silva, achou conveniente arrumar uma ocupação para o garoto. Foi então que, por intermédio de seu primo, Colombo começou a trabalhar em serviços gerais, na "Folha do Povo".

Diante da proximidade do término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, Colombo passou a ajudar o entregador de jornais e não consegue se esquecer do dia em que o jornal noticiou em manchete o final da Guerra.

"Eu tinha 30 jornais de assinantes para entregar e mais 15 avulsos para vender. Vendi todos - mesmo os dos assinantes -, e ainda voltei para buscar mais, mas já havia esgotado." (Colombo, Depoimento).

Apesar de não ser punido pelo patrão, o Sr. Sebastião de Sá, Colombo parou de entregar jornais e aos poucos foi aprendendo a fazer composição manual para o jornal.

"Um profissional demorava meia hora e eu demorava duas, mas não tinha importância. No final da tarde havia um bom tanto de composição pronta." (Colombo, Depoimento).

Da "Folha do Povo", o Sr. Colombo foi chamado pelo Padre Alberto Vieira, da diocese de Guaxupé, para trabalhar no "Jornal Diocesano", onde passou a ganhar o dobro. Após um ano e meio trabalhando para a diocese, Colombo passou a trabalhar para o Centro Espírita Nova Era, com o jornal "O Caminho", o que gerou alguns desentendimentos na família, pois esta era muito católica.

Em 1954, trabalhou na Gráfica São José e em 1955 mudou-se para Mococa para trabalhar no jornal "A Mococa", onde começou a se interessar pela máquina linotipadora.

O Linotipo era considerado o auge da carreira dentro de uma gráfica jornalística, e Colombo começou a aprender sobre o funcionamento da máquina, ajudando a limpar as suas peças, limpeza essa que devia ser feita todos os dias.

Em 1956 mudou-se para Ribeirão Preto, para trabalhar no jornal "O Diário" como paginador.

"Eu levantava cedo para limpar a máquina, que é muito delicada. Durante esse tempo eu aproveitava para aprender a trabalhar com os funcionários que faziam hora extra de madrugada. Um dia, o meu grande amigo Olindo Faccio se ofereceu para me ensinar, combinando de eu chegar mais cedo para limpar os espaços da máquina e depois ele me dava uma matéria para eu compor." (Colombo, Depoimento).

Como a profissão de linotipista era muito rara na região, logo Colombo começou a substituir um profissional seu amigo que precisava viajar muito a trabalho. O único acidente de sua carreira foi na cidade de Rio Claro, onde perdeu a ponta de um dedo e teve de trabalhar compondo jornal com uma única mão. Além disso, tem marcas de queimaduras no braço esquerdo, devido ao chumbo quente que espirrava da máquina.

Colombo também trabalhou em Campinas, no "Jornal de Campinas" e no "Correio Popular", por seis anos, sendo que depois foi dispensado com boa indenização 'para não pegar estabilidade', pois, segundo as Leis Trabalhistas daquela época, quem tivesse um certo número de anos de trabalho numa empresa adquiria 'estabilidade' e não podia mais ser dispensado...

Para o Sr. Colombo, "O Correio Popular" de Campinas" e "A Tribuna" de Santos são os melhores jornais do interior. Em 1966, retorna para Ribeirão Preto e trabalha para "O Diário", o "Diário de Notícias" e o "Diário da Manhã".

Em 1969, Colombo resolve abrir seu próprio negócio, montando uma gráfica. Suas duas filhas e esposa faziam a revisão dos textos.

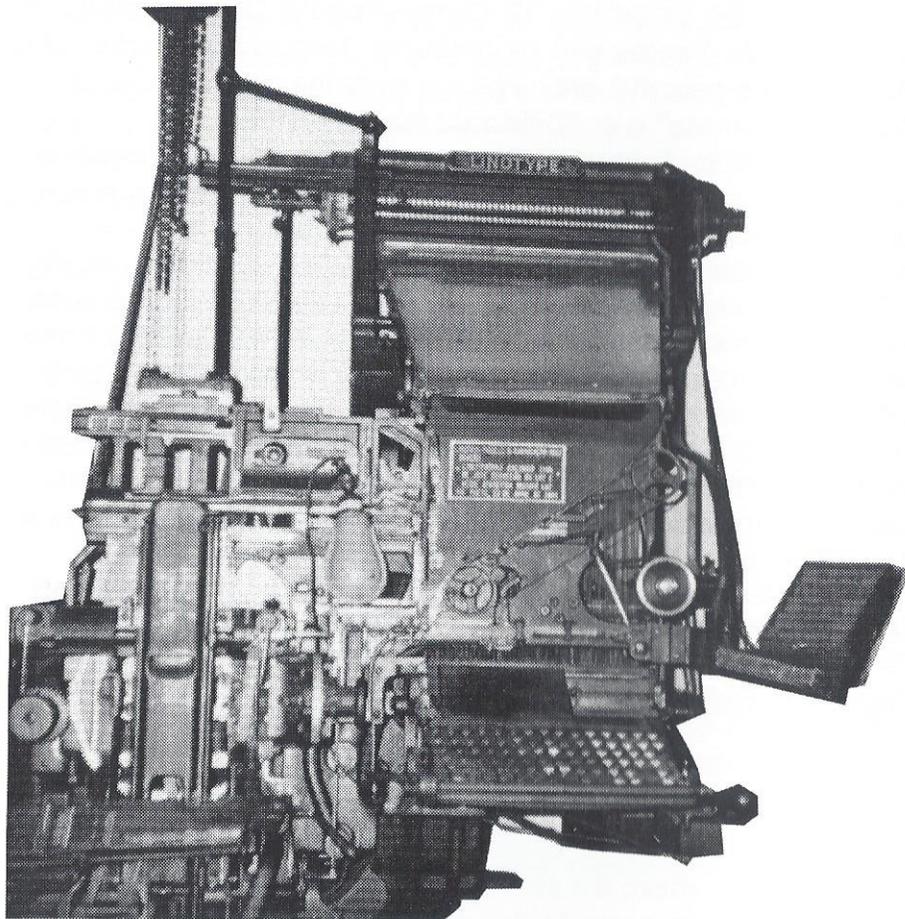
A primeira máquina que comprou foi em Guaxupé, modelo 5, muito antiga, quase sem peças para reposição no mercado. O segundo linotipo foi comprado em Mococa. Mesmo com firma própria, Colombo continuou a trabalhar para o "Diário da Manhã" para poder pagar as despesas das máquinas, o que exigiu muito esforço. Somente em 1972 passou a trabalhar apenas em sua firma, onde chegou a ter quatro linotipos. Realizava trabalhos para várias cidades como Orlândia, São Joaquim da Barra e até mesmo para Batatais.

"O Sr. Chiquinho Luchesi, do "O Jornal" aqui de Batatais, foi um dos melhores clientes que eu já tive."

Extremamente saudável nos seus 67 anos, não foi sem uma sombra de tristeza que nos disse:

"Eu mantinha firme a crença de que o linotipo jamais sairia do mercado, mas em 1993 já comecei a notar a diferença no número de serviços, até que em 1997 caiu muito a produção; sendo o meu último trabalho a composição de passagens para a Viação São Bento, no início deste ano de 2001. Trabalhava com tanto gosto, e acabei atingido pela 'aposentadoria compulsória'. Afinal, foram 45 anos como linotipista!..."

Todavia, a carreira de linotipista e em especial a história do Sr. Colombo, registrada neste Depoimento, estarão sempre presentes em nossa memória, através da doação do Linotipo e demais equipamentos para o Museu Dr. Washington Luís de Batatais.



O linotipo doado ao Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís. Batatais SP

HOMENAGEM AO BATATAENSE JOSÉ OLYMPIO

VILLAÇA, Antônio Carlos. José Olympio: O descobridor de escritores. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2001, 292 p.; 16 x 23 cm.; il.

Karina Elizabeth SERRAZES*

José Olympio Pereira Filho tinha 88 anos quando faleceu, em 1990. Ao longo de sua vida como editor fez muitos amigos, entre eles, Antônio Carlos Villaça, autor da recente publicação "José Olympio: O descobridor de escritores".

O autor é memorialista, ensaísta e jornalista. Membro da Academia Brasileira de Filosofia, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Pen Clube Brasil. Foi membro do Conselho Estadual da Cultura. Recebeu os prêmios Jabuti, Fernando Chinaglia, Luísa Cláudia de Souza e Estácio de Sá, do governo do Rio de Janeiro.

A atuação no meio literário e jornalístico possibilitou a aproximação de Villaça e José Olympio. O primeiro encontro entre eles ocorreu em 1960; depois de escrever um artigo no Jornal do Brasil sobre Sílvio Romero, Villaça recebera um exemplar da História da Literatura Brasileira, acompanhado de um cartão de José Olympio, convidando-o a visitar sua editora, conforme nos descreve, logo nas primeiras páginas do livro. Foram 30 anos de convivência, que intercalaram momentos de euforia e crise, como os problemas financeiros da editora, as reuniões editoriais, as conversas informais, os jantares, as comemorações e até mesmo os conflitos familiares do editor.

Muitos desses momentos foram enumerados por Villaça para compor a biografia de José Olympio, juntamente com a reprodução de documentos pessoais, depoimentos de amigos, fotos, dedicatórias e correspondências. Além disso, a descrição da vida do editor acompanha a história da editora, pois as mudanças de prédio, os prêmios, as edições, as dificuldades, a crise e, por fim, o leilão da propriedade, arrematada por Henrique Sérgio Gregori, foram marcos importantes da sua biografia.

* Mestre em história. Professora de História da Rede Estadual de Ensino.

A relação íntima do editor com a Casa José Olympio (segundo Villaça, era assim que o editor e seus amigos a denominavam) não foi mencionada apenas pelo autor, a escritora Rachel de Queiroz, na apresentação do livro, enfatiza o caráter amável e companheiro de José Olympio, transposto ao ritmo da editora, numa espécie de irmandade que abrangia os irmãos e filhos do editor, os amigos e muitos escritores.

Alguns livros de Rachel de Queiroz foram editados pela José Olympio, bem como os de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Jorge Amado, José Lins do Rego, dentre outros, nomes ilustres da literatura brasileira que também partilharam da irmandade da editora.

Segundo Villaça, José Olympio era um profissional metódico, observador e muito perspicaz, tanto que vários de seus lançamentos se tornaram referências literárias importantíssimas, como os livros *Angústia*, de Graciliano Ramos, e *Mar Morto*, de Jorge Amado, editados pela primeira vez quando os autores estavam presos, devido à censura.

A censura e as transformações políticas no Brasil não interromperam o andamento da editora nem os trabalhos de José Olympio, pois, segundo o autor, ele tinha vocação para a política, conseguia analisar os eventos com clareza e mantinha contato com pessoas de diversas facções políticas, como Getúlio Vargas, também um editado da Casa, Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves, além de seu padrinho Altino Arantes, a quem recorreu quando decidiu ir para São Paulo, deixando a cidade natal, Batatais, para trabalhar na Casa Garraux, na capital do estado.

Essa decisão mudou completamente a vida do menino de Batatais, acostumado a caçar passarinhos, pescar, jogar bolinhas de gude, tomar banho de rio, coisas simples de cidade interiorana, do início do século XX. De acordo com Villaça, José Olympio tinha quinze anos quando saiu de Batatais. Filho de uma família simples, de nove irmãos, teve que começar a trabalhar muito cedo, mas logo adquiriu o gosto pela leitura e o amor pelos livros, provavelmente por influência do pai, um guarda-livros.

O trabalho na Casa Garraux abriu muitas oportunidades para José Olympio. Lá ele conheceu políticos e intelectuais, ampliou seus conhecimentos, exerceu vários cargos, inclusive o de gerente da livraria, que ocupou até 1931, quando comprou a Biblioteca de Alfredo Pujol e abriu a Livraria José Olympio Editora.

O autor enfatiza, também, a ligação de José Olympio com a sua cidade natal, mencionando que, em um dos prédios da livraria, José Olympio inaugurou uma cantina denominada Batatais, nome com que batizou também um de seus cavalos de corrida, talvez na tentativa de preservar as lembranças de sua infância. Os batataenses, por sua vez, atribuíram-lhe o título de cidadão emérito, pois batizaram a Faculdade de Letras com seu nome e inauguraram uma sala, denominada "José Olympio Filho", na Casa da Cultura da cidade, como uma homenagem e reconhecimento pelos trabalhos do editor.

Além dessas informações, o livro narra a comemoração dos cinquenta anos do editor, algumas passagens da sua vida familiar, as homenagens recebidas e o seu falecimento. Toda essa descrição da trajetória profissional de José Olympio é entremeada por testemunhos de amigos, referências a documentos pessoais e por muitas recordações de Antônio Carlos Villaça, demonstrando uma profunda admiração pelo biografado.

No dia 10 de dezembro de 2002, José Olympio completaria 100 anos. Sua biografia se confunde com a história do mercado editorial no Brasil e seu nome ecoa como símbolo do amor pelos livros e pela cultura brasileira.

Eventos

Gaspar de Sousa Prado NETO *
Maria Clarisse Bombonato PRADO **

Inaugurado o busto do Cavalheiro Arthur Scatena

Em meados de 1999, a família Scatena ofereceu um busto em bronze do seu patrono, para que fosse instalado em praça pública, perenizando aquele que foi um grande empreendedor, até então lembrado apenas com uma rua com seu nome no Jardim São José. Procuramos o então presidente da Câmara, José Roberto Ricci, que, sensível à propriedade do que se solicitava, teve aprovada a sua indicação número 1227/99 e acatada pelo então prefeito municipal, José Luís Romagnoli, para a instalação do busto.



Familiares de Arthur Scatena no ato da inauguração de seu busto
Fotografia de Sérgio Corrêa Amaro

* Pesquisador da Iconografia de Batatais.

** Professora de Português da Rede Estadual de Ensino, aposentada.

Entretanto, somente em 21 de maio concretizou-se tal instalação, com o apoio decisivo do secretário da Educação e Cultura José Mauro Marinheiro Fernandes, do secretário da Justiça e Cidadania Dr. João Carlos Bianco, do secretário de Planejamento Jairo Tomazella e, naturalmente, do prefeito municipal Fernando Antônio Ferreira. Executado o projeto da base pela nossa companheira da Sociedade Amigos da Cultura, Alessandra Baltazar, com a presença de familiares do homenageado, D. Gilka Vianna Scatena, D. Altairdes Scatena Simioni, Priscila Scatena; de ex-funcionários da organização, Júlio Jorge Abeid Filho, Carlos Fábio Vidal, Raphael Faraco; das autoridades locais e dos membros da Sociedade Amigos da Cultura, na praça Dr. Washington Luís, foi inaugurado o busto. Na oportunidade, foi também oferecida pela família Ragiotti a placa da agência do banco em Batatais, agora conservada pelo Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís, em seu acervo. Finalmente, lá ficou Arthur Scatena, na esquina da praça, como que guardando o espaço em frente onde se ergue o que foi um dia o seu reduto, o seu sonho e a sua realidade, o Banco Arthur Scatena S/A.

Aproveitando momento tão importante para o resgate da memória de ilustres moradores desta terra, lançamos o número três da nossa revista Amicus.

Identidade e Folclore

“Promover o folclore é tarefa de todos que queiram manter a independência de seu povo.” Assim, o saudoso Professor José Sant’Anna, folclorólogo criador dos Festivais do Folclore de Olímpia, este ano em sua 37ª edição, dirigia-se a seus alunos, defendendo, com toda paixão de que era capaz, a importância da tradição na vida de uma nação. Quem visitou e acompanhou de perto as atividades do mês de agosto e a exposição sobre Folclore, na Casa da Cultura, tem a impressão de que o espírito dessa frase inspirou o trabalho a que se propôs a equipe responsável pelo Departamento Cultural da Secretaria da Educação e Cultura. Com que empenho, determinação e habilidade transformaram a sala Cândido Portinari, da Casa da Cultura, em motivos folclóricos, de onde transbordavam cores, formas, magia, ingenuidade, imagens que traduzem a riqueza do fazer de um povo.

Que esse novo impulso dado ao nosso folclore, somado aos esforços do nosso vereador Sebastião Santana Júnior, tão

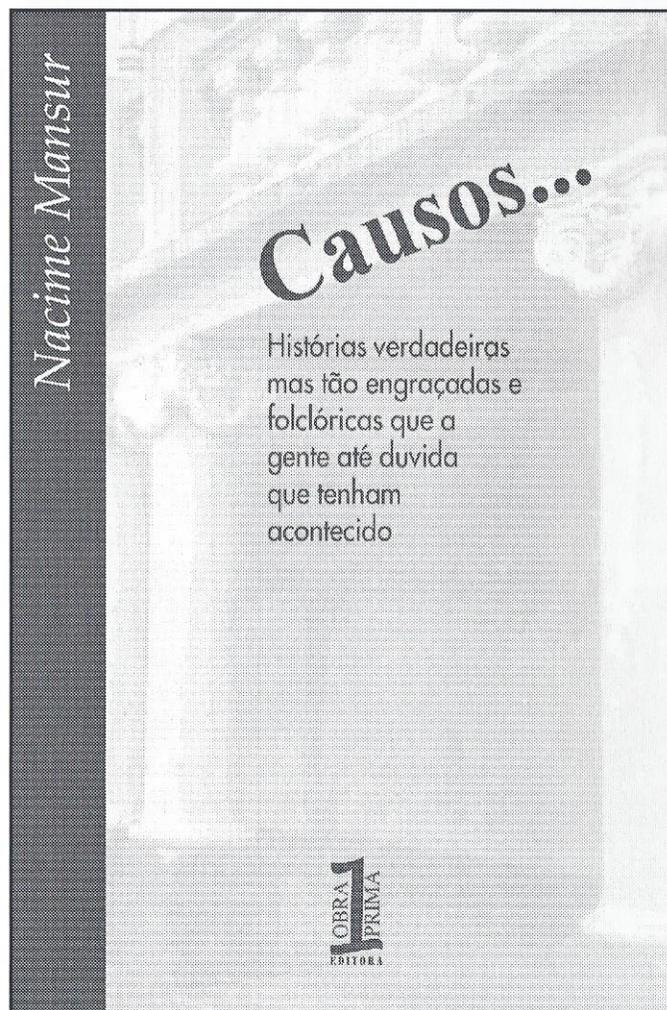
dedicado também às folias e aos grupos de canto e dança da região, iluminado pelo amor social à cultura do nosso secretário José Mauro Marinheiro Fernandes, cresça, frutifique e contagie todo batataense de boa vontade a preservar cada vez mais as nossas tradições.



Detalhe da exposição sobre Folclore na Casa da Cultura
Fotografia de Alessandra Baltazar

Feliz Coincidência

Ao mesmo tempo em que nos preparávamos para o lançamento do número quatro da "Amicus", tivemos a grata notícia de mais uma obra de autor batataense, destinada a enriquecer a memória de nossa cidade. Trata-se de "Causos...", segundo livro de Nacime Mansur, que já teve publicado "Vozes da Boemia", em 1999, reeditado agora, também por seu editor Marco Markovitch, de São Paulo. Surgiu, então, a idéia de uma divulgação em con-



Capa do livro Causos..., de Nacime Mansur

junto, o que foi aceito de pronto pelo autor. Posteriormente, Amicus falará desta segunda obra, que, certamente, despertará alegrias e nostalgias, trazidas à tona pela competência, pelo bom humor e pela generosidade de seu criador. Assim, juntando fluidos positivos, estamos lançando não só mais um livro e uma revista, mas, sobretudo, o alicerce sobre o qual se edificará, sem dúvida, uma nova estrutura a nortear o desenvolvimento cultural em nosso meio.

ÍNDICE DE AUTORES

- BALTAZAR, Alessandra, p. 193
BASAGLIA, Claudete Camargo Pereira, p. 103
CARDOSO, Clotilde de Santa Clara Medina, p. 133
CARDOSO, Walter, p. 147
PEREIRA, José Carlos Medeiros, p. 185
PEREIRA, Robson Mendonça, p. 113
PRADO NETO, Gaspar de Souza, p. 207
PRADO, Maria Clarisse Bombonato, p. 203
SERRAZES, Karina Elizabeth, p. 199

NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL

A Revista **AMICUS** publica trabalhos inéditos, relativos principalmente a Batatais e região. Os textos serão redigidos de preferência em português.

Recomenda-se que os artigos apresentem os seguintes itens:

Título, autor(es), identificação do(s) autor(es), *Resumo*, (de no máximo cinco linhas) e cinco *Palavras-chave*, antecedendo o texto. Sucedendo a este, *Abstract* e *Keywords*. Completam o texto, sucedendo-o: *Referências Bibliográficas* (obras citadas no texto) e *Notas*, para esclarecimentos considerados necessários. Utilizá-las o mínimo possível e numerá-las na entrelinha superior do texto.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas Normas para a Apresentação de Original serão devolvidos aos autores.

Além de artigos, a Revista AMICUS terá, entre outras, as seguintes seções: Arquivos, Bibliotecas e Museus, Entrevistas, Memórias, Noticiário, Resenhas, Teses e Memórias, além de outros textos, considerados compatíveis com os objetivos da Revista.

Maiores esclarecimentos acerca das normas de apresentação de original serão prestados pelo Conselho Consultivo de Publicações.

E-mail: wcardoso@netsite.com.br